



O acolhimento institucional no Entre Douro e Vouga

A perceção das crianças e jovens

Sandra Mariza Garrido Duarte

Dissertação Apresentada ao ISMT para Obtenção do Grau de
Mestre em Serviço Social

Orientadora: Professora Doutora Maria Rosa Tomé

Coimbra, abril de 2015

Agradecimentos

A minha gratidão a todas as crianças e jovens que participaram nesta investigação e a todos os profissionais das diversas instituições que com prontidão responderam afirmativamente a este desafio.

À minha orientadora Professora Doutora Rosa Tomé que sempre demonstrou grande disponibilidade e assertividade em me “conduzir” nesta “aventura”.

E como não podia deixar de ser, à minha família que foram o grande apoio nesta etapa académica.

O meu obrigado especial dirige-se à minha amiga Joana Brandão que partilha comigo o desejo de nos questionarmos constantemente na nossa prática profissional!

Abreviaturas

CAFPCOAZ - Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho Oliveira de Azeméis

CAQR (CV) - Centro de Acolhimento Quinta do Ribeiro (Cruz Vermelha) Vale de Cambra

CASA - Caraterização Anual da Situação de Acolhimento

CASJM - Centro de Acolhimento S. João da Madeira

CASTIIS – Centro Assistência à Terceira Idade e Infância de Sânguedo

CAT – Centro de Acolhimento Temporário

CAVC - Centro de Acolhimento de Vale de Cambra

CNPPCJR – Comissão Nacional de Promoção e Proteção de Crianças de Jovens em Risco

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

CPPSR SMA - Centro Paroquial de Promoção Social Rainha Santa Mafalda Arouca

CSPSSBA - Centro Social e Paroquial de S. Salvador do Burgo Arouca

CSSCIP - Centro Social de Santa Cruz – Irmãs Passionistas

DOM – Desafios Oportunidades e Mudanças

EDV – Entre Douro e Vouga

I.S.S.,I.P – Instituto da Segurança Social, Instituto Público

LIJ – Lar de Infância e Juventude

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

OFG - Obra de Frei Gil

SERE + - Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS

SPSS - Statistical Package for the Social Sciences

Resumo

O presente estudo teve como principal objetivo analisar a percepção das crianças e dos jovens acerca do acolhimento institucional no EDV. Debruçou-se em perceber no âmbito das respostas sociais, Lar de Infância e Juventude e Centro de Acolhimento Temporário, no contexto de cinco Municípios (Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra), qual o grau de satisfação das crianças e jovens institucionalizadas.

A metodologia de investigação combinou estratégias quantitativas e qualitativas. Foi aplicado um questionário com perguntas fechadas e abertas, a 128 crianças e jovens entre os 8 e os 20 anos, sendo esta 73,1% da população infanto-juvenil institucionalizada na região, que reunia condições para participação no estudo.

Os resultados obtidos mostram que a maioria da população inquirida é do sexo feminino, são naturais principalmente de Arouca, Oliveira de Azeméis e Aveiro, e encontram-se num grupo etário dos 14 aos 16 anos de idade. A maioria vive na instituição há mais de um ano e há menos de 3 anos. Apesar de gostarem de viver na instituição, classificam-na numa escala “suficiente” e salientam que o ambiente entre colegas é agradável, mencionando que os técnicos estão preparados para os apoiarem. Todavia, maioritariamente mostram que preferiam ter sido apoiados por técnicos em vez de terem saído do seu meio familiar, mas referem que a medida de acolhimento foi a mais ajustada.

Esta investigação permite perceber *grosso modo* que não existe a devida diferenciação entre a resposta LIJ e CAT. A maioria dos inquiridos sente-se integrado e salienta que as instituições apresentam boas condições físicas. No entanto, registamos uma desadequação entre a natureza dos problemas e as respostas sociais presentes no EDV: existe uma predominância de vagas para o sexo feminino e um perfil diferenciado de crianças e jovens em medida de acolhimento. São jovens dos 14 aos 16 anos que apresentam problemáticas peculiares, nomeadamente comportamentais, facto que mostra efetivamente a necessidade de reformulação das respostas de acolhimento institucional.

Palavras-chave: institucionalização; crianças e jovens em perigo; lares residenciais; lares de infância e juventude e centros de acolhimento temporário.

Abstract

This study aimed to analyze the perception of children and youth about institutional care in EDV. The project focused in the social responses, residential childhood and temporary institutional care, in the context of five towns (Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira and Vale de Cambra), which the degree of satisfaction of institutionalized children and young.

The research methodology is based on combined quantitative and qualitative strategies. A questionnaire with closed and open questions was applied to 128 children and young people aged between 8 and 20 years, with 73.1% of institutionalized children and adolescents in the region, which was able to participate in the study.

The results show that the most of the surveyed population is female, are mainly natural Arouca, Oliveira de Azeméis and Aveiro, and are in the age group of 14 to 16 years old. Most live in the institution for more than a year and less than three years. Although they like to live in the institution care, classified in a "sufficient" level and point out that the atmosphere between colleagues is pleasant, mentioning that the technicians are prepared to support them. However, mostly show that preferred to have been supported by technical rather than having gone out of their family environment, but state that the measure of residential care was the most suitable.

This investigation allows us understand that there is proper differentiation between the CAT and LIJ response. The majority of respondents feel integrated and underlines that institutions care have good physical condition. However, we note one mismatch between the nature of the problems and social responses present in EDV: there is a predominance of places for gender feminine and different profiles for children and youth in a measure of residential care. They are youth from 14 to 16 who have specific problems, as well as behavioral, fact that effectively shows the need to reform the answers of the residential care.

Keywords: institutional care; children and youth in danger; residential care; residential childhood and youth and temporary institutional care.

Índice

I – Introdução	1
1.1 - Enquadramento teórico - legal da proteção das crianças e jovens em perigo.....	2
1.2 - A institucionalização de crianças e jovens.....	6
1.3 – Enquadramento CAT e LIJ no EDV	13
II – Materiais e Métodos	17
2.1 – Participantes	17
2.2 – Procedimentos	17
2.3 – Instrumentos	19
2.4 – Análise estatística.....	20
III – Análise dos resultados.....	21
3.1 - A perceção das crianças e jovens institucionalizadas	21
3.1.1 - Da resposta ajustada à falta de liberdade	33
3.1.2 - A perceção dos técnicos e a realidade institucional.....	37
IV – Discussão/ Conclusão	38
V – Referências Bibliográficas	41

Índice de ilustrações

Ilustração 1- Distribuição dos LIJ e CAT no EDV	14
Ilustração 2- Relação entre o número de vagas e a população até aos 19 anos por Município16	
Ilustração 3 - Resposta à questão: "Acha que a instituição reúne as condições físicas necessárias para o conforto dos seus utentes?"	22
Ilustração 4 - O ambiente com os seus colegas é agradável?	24
Ilustração 5 - Acha que a problemática que o trouxe a esta instituição poderia ter sido resolvida de outra forma?.....	27
Ilustração 6 - Relação entre os inquiridos que consideram a instituição o seu lar e as instituições inquiridas	28
Ilustração 7 - Relação entre a concordância dos inquiridos na medida de institucionalização e o grupo etário	29
Ilustração 8 - Relação entre o número de inquiridos, o grupo etário e quanto tempo se encontra na instituição	30
Ilustração 9 - Relação entre o número de inquiridos, há quanto tempo se encontra na instituição por tipo de resposta social	31
Ilustração 10 - Relação entre o número de inquiridos, se consideram a instituição o seu lar e o tipo de resposta social	32
Ilustração 11 - Relação entre o número de inquiridos, gosta de viver nesta instituição e a preferência em ser apoiado por técnicos	33

Índice de tabelas

Tabela 1- Caracterização demográfica do EDV	13
Tabela 2- O acolhimento institucional de crianças e jovens em perigo no EDV- caracterização	15
Tabela 3- Grupo etário dos inquiridos	21
Tabela 4 - Acha que os funcionários estão preparados para vos prestar o apoio necessário? .	24
Tabela 5- Sente-se integrado(a) na instituição?	25
Tabela 6 - Preferia ser apoiado por técnicos (psicólogos, assistente social, etc.) sem ter saído da sua família?	25
Tabela 7 - Existem várias formas de apoiar crianças com problemas na família, na tua opinião qual deveria ser a mais usada?	26

Índice de quadros

Quadro 1 - Tipologia acerca da perceção das instituições	34
Quadro 2 - Tipologia do que deveria mudar nas instituições	36

I – Introdução

“O direito de todas as crianças a viver numa família é uma exigência incontornável que deve orientar toda a política de proteção à infância” (Valle 2009, p.21).

O presente estudo pretende debruçar-se sobre a realidade do acolhimento de crianças e jovens no EDV, nas respostas de Centro de Acolhimento Temporário (CAT) e Lar de Infância e Juventude (LIJ).

Em 2006, realizamos um estudo que pretendia avaliar a satisfação das crianças e jovens relativamente à medida de colocação em instituição, através de um questionário aplicado a 49 indivíduos dos 8 aos 16 anos, em duas instituições do concelho de Arouca.

Achamos assim pertinente ampliar o estudo à região Entre Douro e Vouga num conjunto de 9 instituições de acolhimento (CAT e LIJ) e alargar a idade dos inquiridos, para os 20 anos, uma vez que esta é a idade limite para o acompanhamento de jovens, ao abrigo da LPCJ.

A escolha do EDV justifica-se pela ausência de investigação na região relativamente à intervenção com crianças e jovens, particularmente em contexto institucional e ao facto de esta ser a área de intervenção profissional do investigador, podendo trazer vantagens numa prática profissional mais ajustada e assertiva.

Tendo em conta que são parcas as investigações com a participação da criança/jovem privadas de meio familiar, vimos neste campo a oportunidade para ampliar conhecimento, dando-lhes voz, permitindo-lhe expressar sentimentos e opiniões e também assinalar as suas sugestões, para que as respostas sociais sejam cada vez mais ajustadas às suas realidades e necessidades individuais.

Como profissional integrada numa CPCJ desde 2006, consideramos que esta temática continua atual e esperamos que este estudo seja útil aos diversos técnicos que trabalham no sistema de promoção e proteção. Contudo, esta é apenas uma dimensão de uma realidade imensa que necessita de uma abordagem articulada em várias vertentes: profissional, familiar e institucional.

O facto de a LPCJ prever a regulamentação das diversas medidas de apoio junto dos pais e de colocação, sendo a medida de colocação em instituição a única exceção, foi o ponto de partida da nossa reflexão. Será que este facto serve melhor os interesses das crianças/jovens? Será que o facto de cada instituição definir o seu *modus operandi* é vantajoso para a criança/jovem? Para Leandro, Alvarez, Cordeiro, & Carvalho, (2005), o cuidador não pode ter um papel de mero prestador de serviços, o cuidar deve ser encarado numa perspectiva

relacional e afetiva. Porém, alguma investigação dá-nos conta da fragilidade afetiva e emocional, bem como do risco de dessocialização das crianças e jovens que vivem institucionalizadas. Não seria interessante instituir uma avaliação regular das instituições para verificar como é que cuidam das suas crianças e jovens? Sem a regulamentação desta prática será ela ajustada às necessidades dos mesmos?

Temos assim uma inquietação “rebelde” que nos leva a questionar, pesquisar e procurar novas respostas que garantam efetivamente, o direito das crianças a ter uma família. Esta investigação deve ser considerada como um ponto de partida, face à grande necessidade e responsabilidade que sentimos diariamente, em dar respostas concretas, ajustadas e assertivas, que mudem percursos de vida das nossas crianças.

Perguntas de partida

Será que uma instituição pode ser considerada por uma criança o seu Lar? Será que estas crianças/jovens se encontram tão realizadas com a realidade institucional que a preferem ao contexto familiar? Como percecionam o espaço onde estão integrados (a nível físico, grupo de pares, funcionários)?

Objetivo

Conhecer a percepção das crianças e jovens institucionalizadas, relativamente à medida que lhes foi aplicada.

Hipóteses

Partimos de algumas hipóteses gerais, nomeadamente: o perfil da criança institucionalizada tem-se vindo a alterar; as crianças e jovens percecionam de forma positiva a medida de institucionalização; as crianças e jovens preferem viver em meio familiar do que em meio institucional e as crianças e jovens consideram que a institucionalização não é o seu projeto de vida.

1.1 - Enquadramento teórico - legal da proteção das crianças e jovens em perigo

No âmbito da proteção das crianças e dos jovens em perigo, de acordo com Candeias & Henriques (2012) Portugal foi pioneiro com a Lei de Proteção à Infância, em 1911.

Após a primeira Guerra Mundial, a atenção sobre a criança voltou a estar na ordem do dia e em 1924 a Assembleia da Sociedade das Nações Unidas adotou a declaração dos direitos da

criança. Sendo que, de acordo com (Boliero & Guerra, 2009, p. 14) “em novembro de 1959, foi promulgada pela Assembleia Geral das Nações Unidas.. Portugal esteve sempre na linha da frente nos trabalhos que resultaram na mesma, dado que “a jurista que chefiou a delegação portuguesa nos trabalhos preparatórios da convenção, a partir de 1987, foi um dos primeiros membros do comité da criança” (Monteiro, 2010, p.109).

A 20 de novembro de 1989 foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a Convenção Sobre os Direitos das Crianças, que foi ratificada por Portugal no ano seguinte, trazendo “o reconhecimento jurídico da criança como sujeito autónomo de direitos, ao mesmo tempo que destacou a importância da família para o seu bem-estar e desenvolvimento harmonioso” (Boliero & Guerra, 2009, p. 15).

A referida Convenção, no art.º 2º e 4º, dita a necessidade de se dar prioridade à criança “património da humanidade”, bem como sublinhado “o primado do interesse da criança”, no art.3º. A convenção vem assim definir uma estratégia clara e proactiva de prevenção, promoção e proteção da criança e jovem, que de forma articulada e concertada é garantia dos seus direitos. Outra inovação da convenção foi o direito à participação, tornando-a “sujeito de direitos”, segundo o art.º 12. Este consiste em garantir à criança com capacidade de discernimento, o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem (processos administrativos e judiciais), sendo devidamente tomadas em consideração as suas opiniões, de acordo com a sua idade e maturidade. “Nessa medida, não só o direito à participação, mas todo o conjunto de disposições da Convenção é um conto à procura dos seus autores, sendo certo que os principais personagens deste conto, as crianças, esses, estão, pelo contrário, bem delimitados” (Pais, 2004, p.12).

Este princípio, no presente estudo permitiu recolher opiniões, sugestões e dar-lhes valor, no sentido em que elas são valorizadas por agentes profissionais que têm de tomar decisões em matéria de proteção da criança e do jovem. A ênfase numa perspetiva pode ser redutora de uma realidade, no entanto, eles são os principais implicados, por isso podem ser agentes da definição do seu projeto de vida, mais do que permitir-lhes esse direito concretamente.

Os diversos documentos desde a CDC à CRP e à LPCJP, para além da participação da criança privilegiam a sua proteção no seu meio sociofamiliar. Nomeadamente, o art.º 5º da CDC onde consta o “direito ao correto cumprimento da responsabilidade dos pais, da família alargada e da comunidade...” o art.º 9º que refere o “direito a não ser separada dos pais, salvo se as autoridades competentes o decidirem”, art.º 10º que mostra o “direito à reunificação familiar” e “direito ao reconhecimento do papel fundamental dos pais na sua educação e

promoção do desenvolvimento integral, e o direito ao apoio aos pais para o conveniente exercício dessa responsabilidade”. Ainda neste contexto, o art.20 do documento supracitado prevê o “direito à proteção e assistência especiais do Estado, nomeadamente pela possibilidade de adoção, colocação familiar ou colocação em estabelecimento adequado, quando privada do seu ambiente familiar ou não possa ser deixada nesse ambiente”.

A Constituição da República Portuguesa também sublinha a importância dos direitos das crianças no art.º 36º, nº6 que afirma que “os filhos não podem ser separados dos pais, salvo quando estes não cumpram os seus deveres fundamentais para com eles e sempre mediante decisão judicial”.

Outro marco na evolução legal com vista à promoção e proteção dos direitos das crianças foi a Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. (Lei nº147/99, de 1 de Setembro). Esta exemplifica situações consideradas de perigo para a criança/jovem, no art.3º nº2, particularmente de: abandono; maus tratos físicos; maus tratos psicológicos ou indiferença afetiva; abusos sexuais; negligência; exploração do trabalho infantil; mendicância; a criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento, sem os pais (ou outros responsáveis) se oponham de forma adequada; a exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança/jovem; a prática de um facto qualificado como crime e situações de perigo em que está em causa o direito à educação.

Com esta lei o termo “menor” passou a ser substituído por criança/jovem, não só por uma mera mudança de conceito, mas sim de um modelo relativo ao olhar da comunidade para com a criança, assente na promoção dos seus direitos, segundo os seguintes princípios: “interesse superior da criança e do jovem”; “privacidade”; “intervenção precoce”; “intervenção mínima”; “proporcionalidade e atualidade”; “responsabilidade parental”; “prevalência da família”; “audição obrigatória e participação” e “subsidiariedade”.

Esta Lei, arroja consigo um novo paradigma de desjudicialização, prevendo a aplicação de medidas de promoção e proteção com a finalidade de “afastar o perigo (...)”, “(...) proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral”, bem como “garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso” (Artigo 34º).

Assim, as situações descritas anteriormente configuram uma situação de perigo, com necessidade de intervenção das CPCJ ou Tribunais e em certas condições podem implicar a aplicação de uma medida de colocação, nomeadamente a de acolhimento institucional.

Relativamente à intervenção das CPCJ prevista pela LPCJP torna-se importante referir que esta valoriza o envolvimento dos pais em todo o processo, sendo que este apenas se inicia com o seu consentimento para a intervenção, previsto no art.9. Também as crianças ou jovens maiores de 12 anos, podem manifestar a sua oposição relativamente à intervenção da CPCJ.

Consideramos que a LPCJP trouxe uma maior abertura para a formalização do apoio encontrado na família alargada e na própria comunidade, alterando o paradigma da institucionalização como a forma mais usual proteção de crianças e jovens.

Os vários relatórios anuais de avaliação da CNPPCJR demonstram que existiu sempre grande prevalência nas medidas em meio natural de vida, sobretudo do apoio junto dos pais. Deste modo, há uma aposta no acompanhamento das famílias e na promoção das suas competências parentais e na intervenção das entidades com competência em matéria de infância e juventude.

Pretende-se assim, a participação e o implicar das crianças/jovens no processo de promoção e proteção, sendo que para tal esta tem de conhecer os seus direitos. Assim, há entidades que têm vindo a criar instrumentos para esclarecer as crianças e jovens na situação de acolhimento, como por exemplo o Guia de Acolhimento para jovens dos 12 aos 18 anos “Conhece os teus direitos. A caminho da casa de acolhimento”, pois de acordo com o mesmo é relevante “Conheceres os teus direitos e o que significam na tua vida do dia-a-dia vai” na medida em que vai “dar-te força para que tenhas um papel ativo durante o tempo que estarás acolhido” (I.S.S.,I.P.,pág.4).

Quando são sinalizadas situações de “abuso” referidas anteriormente, as CPCJ ou os Tribunais poderão aplicar medidas de apoio em meio natural de vida (apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, apoio junto de pessoa idónea e apoio para autonomia de vida) ou medidas de colocação (acolhimento familiar ou acolhimento em instituição). Para Delgado (2011 p.49) as medidas de colocação “são aquelas que retiram a criança do seu ambiente e a colocam noutra meio de vida”. Todas estas medidas *à posteriori* foram devidamente regulamentadas exceto a medida de acolhimento em instituição.

O artigo 49.º da LPCJP define a medida de acolhimento em instituição como a “colocação de uma criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.” Relativamente ao seu funcionamento, a

mesma Lei, no artigo 53.º, considera que estas funcionam em regime aberto, favorecendo uma relação afetiva “tipo familiar”, personalizada e a integração comunitária.

Podemos constatar que na atualidade a criação de novos Lares Residências já tem em conta estes princípios, a maior dificuldade é reduzir o número de crianças dos Lares já existentes.

De acordo com Gomes (2010, p.85) Portugal ainda tem um acolhimento institucional com instituições de grandes dimensões “com uma média de 40 crianças acolhidas, fruto de uma cultura de institucionalização indiscriminada”, sendo uma forma de aceder à educação, escolarização e satisfação das suas necessidades básicas.

Estes obrigatoriamente e de forma intrínseca definem a institucionalização como a última medida a ser aplicada para remover a situação de perigo em que a criança/jovem se encontra, pressupondo que todas as alternativas em meio natural de vida já foram esgotadas.

Podemos inferir que estes princípios pressupõem um trabalho nos diversos níveis do sistema de intervenção, sendo que as entidades com competência em matéria de infância e juventude estabelecem informalmente “um plano de intervenção com a família, de modo a que a criança seja protegida e cesse a situação de perigo” (Gomes, 2010, p.41). Se deste modo não for possível remover o perigo, deve haver lugar à intervenção das CPCJ que “desenvolvem a sua intervenção junto das famílias, mobilizando, junto da comunidade, os recursos necessários, de modo a fazer cessar a situação de perigo a que a criança está exposta” (Gomes, 2010, p.42). Quando não for possível a intervenção da CPCJ, passa a ser o Tribunal a entidade competente.

1.2 - A institucionalização de crianças e jovens

“A institucionalização de crianças e adolescentes, por prazos mais ou menos longos, mesmo quando necessária e evitável tem efeitos e inevitável, tem efeitos comprovadamente negativos para os próprios e para a sociedade.” (Leandro, Alvarez, Cordeiro & Carvalho, 2005, p.8).

Torna-se pertinente definir o conceito de maus tratos, que é abordado de diversas formas por vários autores de áreas profissionais distintas. Magalhães (2002, p.33) define este conceito como “qualquer forma de tratamento físico e (ou) emocional, não accidental e inadequado, resultante de disfunções e (ou) carências nas relações entre crianças ou jovens e pessoas mais velhas, num contexto de uma relação de responsabilidade, confiança e (ou) poder. Podem manifestar-se por comportamentos ativos (físicos, emocionais, ou sexuais) ou passivos (omissão ou negligência nos cuidados e (ou) afetos) (...) privam o menor dos seus direitos e

liberdades afetando (...) a sua saúde, desenvolvimento (físicos, psicológico e social) e dignidade”.

Em Portugal, a maioria dos casos de maus-tratos acontecem no seio familiar, tornando-se necessário afastar/institucionalizar a vítima, pois alguns tipos de crime nem sempre levam o agressor à prisão. Esta intervenção tem como objetivo principal proteger a criança, traduzindo-se muitas vezes num paradoxo, que pode ter como resultado o “acréscimo dos danos nas crianças já de si sensibilizadas, fragilizadas e carenciadas” (Alberto, 2003, p.229).

No entanto, a institucionalização de crianças e jovens é hoje uma forma de as proteger de situações diversas que possam colocar em causa a garantia dos seus direitos e consequentemente o seu desenvolvimento holístico. Como por exemplo, situações em que são “vítimas de abusos, maus-tratos, negligência; apresentam problemas de relação com pares e/ou com adultos cuidadores; têm problemas de aprendizagem, comportamentos violentos, problemas de saúde mental.” (Gomes, 2010, p. 85). Ainda assim, Alberto (2003, p.227) questiona essa garantia de direitos, considerando imprescindível “reconhecer a diversidade das instituições, o seu tamanho, os seus objetivos, a sua dinâmica interna, o seu corpo profissional, os apoios que têm, etc.”.

Quando o sistema, na sua esfera familiar, comunitária, institucional e social não conseguem remover o perigo em que as crianças se encontram é realizado o acolhimento institucional em centro de acolhimento temporário ou lar de infância e juventude. Para Gomes (2010) o acolhimento institucional deve ser curto e transitório, possibilitando intervenção junto da família para que seja “possível uma reunificação familiar”, com brevidade, tendo em vista a defesa dos seus direitos e superiores interesses, que serão sem dúvida, viver no seio de uma família biológica ou alternativa. Ainda segundo este autor, a institucionalização é uma resposta e uma realidade da nossa sociedade, mas a família é uma “instituição social imprescindível e insubstituível, pela sua função socializadora e educativa dirigida ao desenvolvimento de competências e valores pessoais e sociais” (Gomes, 2010, p.81).

Porém, torna-se importante referir que as crianças acolhidas em instituições são privadas dos aspetos positivos da (con)vivência em meio familiar. Vários são os autores que consideram este polo de socialização primária inigualável para o crescimento e desenvolvimento holístico de uma criança/jovem. Nesta perspetiva, Delgado (2011, p.156) refere que a vida em contexto familiar é “o património mais importante que a criança transporta consigo do seu passado, promovem a resiliência, a recuperação física e psicológica das crianças, o seu bem-estar e desenvolvimento”.

Por outro lado, Gomes (2010) defende a importância da alteração do conceito acolhimento institucional para acolhimento residencial, de forma a afastar-se do modelo assistencialista e caritativo, definindo um novo modelo mais ajustado às necessidades destes jovens, o mais semelhante possível com um modelo familiar e especializado, com um número nunca superior a 12 crianças, “sendo terapêuticos e reparadores e potenciadores de desenvolvimento”. Similarmente Delgado (2011, p.55) defende a necessidade das instituições serem de pequena dimensão, obtendo um “desempenho mais especializado e capaz”.

Gomes (2010, p.88) considera que atualmente em Portugal existem dois tipos de instituições acolhimento, as de grandes dimensões com reduzido número de técnicos e que satisfazem apenas as necessidades básicas as crianças e jovens e as de pequena dimensão com equipa técnica ajustada às “necessidades biopsicossociais, afetivas e emocionais de cada criança ou jovem”.

Nos últimos anos têm surgido em Portugal algumas iniciativas que para Valle (2010, p. 21) “tiveram um valor inestimável e iluminaram as grandes linhas desta mudança na forma de considerar a atenção desprotegida”. Destas iniciativas destacam-se o plano DOM (Desafios Oportunidades e Mudanças), aprovado pelo Despacho nº8393/2007, que ambicionava entre outros aspetos a “... definição e concretização, em tempo útil, de um projeto que promova a sua desinstitucionalização, após um acolhimento, ainda que prolongado”.

Dando continuidade ao Plano DOM, em 2012 foi aprovado o Plano SER+, aprovado pelo Despacho nº9016/2012. Tinha como principal objetivo a “melhoria contínua no promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidas, para que no menor tempo útil, da sua educação para a cidadania, sentido de identidade, de autonomia e segurança resultar a sua desinstitucionalização”.

Podemos assim verificar que desde 2007 se pretende “desinstitucionalizar” as crianças, através de incentivos, especialização de técnicos, programas de apoio às instituições de acolhimento, não havendo contudo o mesmo investimento na divulgação, aperfeiçoamento e aumento de outras respostas como: acolhimento familiar, autonomia de vida e apadrinhamento civil.

As mudanças ocorridas nos últimos 10 anos, no sistema nacional de proteção de crianças em risco, de acordo com Valle (2010, p.22), levou a que se passasse do acolhimento de crianças com “problemas familiares sob qualquer das formas (sendo provavelmente a de maior frequência a negligência parental e as condições precárias da sua envolvência sociofamiliar) para o acolhimento de adolescentes com perfis e necessidades muito diversos.”

Mas para uma compreensão global da institucionalização importa também conhecer os motivos que levam à institucionalização. Segundo Rocha (2008), estes encontram-se relacionados com as alterações sociais e familiares e com a necessidade de haver um controlo mais formal centrado nos direitos das crianças. Atualmente os motivos das institucionalizações são “mais relacionados com o risco para a criança do que com a inexistência de uma família de enquadramento” (Rocha, 2008, p.32), ao contrário do que acontecia anteriormente em que a criança institucionalizada se encontrava completamente desprovida de um meio familiar, como por exemplo situações de orfandade e abandono.

O mesmo autor considera pertinente aprofundar o conceito de inserção, sendo que este tem uma dupla origem: “a proposta para um problema” e “a influência na trajetória social dos indivíduos”, remetendo-nos para a “falta de uma família funcional, com todos os recursos que esta pode mobilizar para a progressiva construção do lugar social dos seus elementos” (p.33). Podemos assim inferir que a institucionalização é uma solução para um problema que não foi solucionado anteriormente com a família, mas que tem de ser trabalhado com a mesma (ou outra equiparada) no sentido de devolver àquela criança o direito a uma vivência familiar plena de direitos.

Para Valle (2010, p.24) impera a necessidade de mudanças no acolhimento institucional, sendo importante o envolvimento do poder público e a mudança para “formas de acolhimento residencial, baseadas em pequenos domicílios de tipo familiar e numa rede de lares capaz de atender de forma especializada diferentes crianças, com necessidades diversificadas”.

É importante referir que Itália tem vindo a desenvolver um conjunto de alterações legais e experiências que pretendem oferecer às crianças respostas em ambientes familiares, em detrimento do acolhimento institucional de grandes dimensões. Tendo em conta o elevado número de crianças institucionalizadas em 2004, cujas estatísticas apontavam para cerca de 30 000, houve necessidade de realizar alterações na forma de educar e integrar estas crianças em ambiente do tipo familiar, com o máximo de 12 crianças e jovens e uma grande componente educativa e afetiva. Foi assim implantado um modelo que permite a ação do profissional que assumirá o planeamento das atividades e a formação global (Premoli, 2012).

Assim, no final de 2006 foram encerradas todas as instituições assistencialistas e de grandes dimensões, contrapondo com o aumento exponencial de “comunidades educativas”, residências de acolhimento. Em 2005, também o acolhimento familiar aumentou 23%, situação que permite a manutenção das relações com a família biológica (Premoli, 2012).

Apesar de Itália ter um contexto divergente do português, nomeadamente com cerca de 3 vezes mais crianças institucionalizados do que Portugal, torna-se oportuno conhecer alguns aspetos positivos desta realidade que dá prevalência não só ao meio familiar, mas a uma formação adequada aos técnicos, no sentido de existir grande equilíbrio entre a educação e a afetividade para com estas crianças/jovens.

Encontram-se assim, a realizar um percurso que pretende o aperfeiçoamento deste modelo educativo, permitindo a intervenção com a criança em diversas dimensões: educativa, organizativa, institucional, territorial, cultural, planeamento pedagógico e na condução do grupo de trabalho (Premoli, 2012).

Em Portugal a LPCJP define e dá relevo aos direitos da criança e do jovem em acolhimento, definindo-os de forma explícita no art.º 58: “Manter regularmente, e em condições de privacidade, contactos pessoais com a família e com pessoas com quem tenham especial relação afetiva (...); (...) prestação dos cuidados de saúde, formação escolar e profissional e a participação em atividades culturais, desportivas e recreativas; Usufruir de um espaço de privacidade e de um grau de autonomia (...); Receber dinheiro de bolso; A inviolabilidade da correspondência; Não ser transferidos da instituição, salvo quando essa decisão corresponda ao seu interesse; Contactar, com garantia de confidencialidade, a CPCJ, o Ministério Público, o juiz e o seu advogado.”

De acordo com o Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens (CASA 2013) nesse ano, 8.445 crianças e jovens estavam em instituições de acolhimento, menos 112 que no ano anterior, situação frequente nos últimos anos, sendo que de 2006 a 2013 houve uma descida de 31%. Em 2006 estavam em instituições de acolhimento 12.245 crianças e jovens, em 2007 o número desceu para os 11.362, em 2008, para 9.556, em 2009, para 9.563, em 2010, para 9.136, em 2011, para 8.938, em 2012, para 8.557 e em 2013, para 8.445.

Em 2013, a faixa etária mais representativa é dos 15 e os 17 anos (2.839) seguido das crianças entre os 12 e os 14 anos (1.903), sendo que também o perfil destas crianças e jovens se tem vindo a alterar. Grande parte dos acolhimentos diz respeito a adolescentes e jovens entre os 12 e os 20 anos, com um peso de 67,4% (5.688), seguindo-se as crianças com idades entre os 0 e os 11 anos, com um peso de 32,6% (2.757).

O mesmo relatório refere que as valências que acolhem mais crianças e jovens são Lares de Infância e Juventude (LIJ) e Centros de Acolhimento Temporário (CAT), com um total de 7.530 (89%) das 8.445 crianças e jovens institucionalizadas.

É referida ainda a existência de Lares de Infância e Juventude Especializados, especialmente vocacionados para o acolhimento de jovens entre 12 e os 18 anos com graves problemas comportamentais e delinquentes, sendo que em 2013 receberam um total de 76 jovens, um número bastante diminuto face ao total de institucionalizados.

Em famílias de acolhimento é reduzido o número de crianças e jovens (374) sendo esta modalidade considerada ainda incipiente, apesar de, segundo o presidente do Instituto de Segurança Social, ser considerada a mais adequada para as crianças até aos três anos, estando a ser preparado um novo referencial técnico para as famílias de acolhimento com aplicação ainda este ano (CASA, 2013).

No que se refere ao acolhimento prolongado, existem 31 jovens em apartamentos de autonomização, que reúnem capacidades de responsabilidade compatíveis com a experiência de vida em pequeno grupo apoiado e supervisionado, visando a sua preparação para a futura vida independente (CASA, 2013).

Consideramos ainda indispensável conhecer algumas investigações científicas realizadas, que avaliam, através de diferentes metodologias a institucionalização, em contextos específicos e áreas muito concretas.

Na tese de mestrado “Crianças e jovens institucionalizados. Representações e expectativas em relação à família biológica”, a metodologia aplicada é qualitativa, realizada num Lar de Infância e Juventude no distrito de Bragança, através de entrevistas a crianças/jovens, técnicos e familiares. As conclusões do estudo apontam para a grande expectativa das crianças institucionalizadas que entrevistou ansiam pelo regresso à sua família, mas por outro lado “no que tem que ver com as questões de cariz mais educacional, alimentar e social, as crianças e jovens afirmam “ser bem tratadas” estando portanto as suas necessidades básicas asseguradas” (Ferreira, 2013, p.72).

Quanto à participação das crianças e jovens nas decisões que se prendem com o seu projeto de vida “muitos assumiram que tal não sucede” (Ferreira, 2013, p.72). Assim, a autora do estudo conclui que existe a necessidade de garantir a efetivação prática do direito de participação das crianças e jovens.

O estudo “Socializações alternativas. Crianças e jovens institucionalizadas nos Açores” (Rocha, 2008) apresenta-nos uma caracterização do acolhimento institucional naquela região: das instituições, a suas dinâmicas internas e comunitárias, as famílias e as crianças e jovens até aos 25 anos das diversas valências que preveem a privação de um ambiente familiar (LIJ. CAT, Las de jovens em risco e residência para deficientes).

Consideramos importante referenciá-lo, apesar deste se basear numa região específica, tem em comum a premissa de privilegiar a participação dos jovens (os jovens com mais de 15 anos tiveram uma participação ativa através da cedência de entrevista) e também pela importância dada à temática numa perspetiva qualitativa e ecológica. As conclusões apontaram para formas de se (re)pensar o sistema de acolhimento familiar de acordo com a “diversidade demográfica e sociológica, bem como de acordo com os atuais conceitos de proteção de crianças e jovens em risco, não se aproximava “do enquadramento e convivência familiar” (Rocha, 2008, p.265).

De acordo com o supracitado estudo, relativamente à vida quotidiana, a satisfação dos jovens revela-se de um modo geral bastante positiva, sendo que os mais novos consideram a sua “entrada na instituição como o pior que lhes podia ter acontecido” (p.260). A importância dada pelos jovens à família decresce com o decorrer da permanência nas instituições, no entanto, a vivência em família é um apelo bastante valorizado por ambos os sexos.

Ainda no âmbito teórico, o estudo: Percepções de crianças e adolescentes institucionalizados sobre o processo de institucionalização e a experiência na instituição de Carvalho, T. & Manita, C. (2010), apresenta uma semelhança com a investigação anterior, no sentido em que pretende ouvir as crianças, ainda que com metodologias qualitativas (9 entrevistas a crianças dos 12-16 anos) acolhidas num LIJ no Porto. As conclusões apresentadas referem “uma percepção positiva das crianças em relação à vida na instituição e mesmo uma valorização positiva enquanto instituição que os acolhe”, embora refiram também alguns aspetos negativos, tais como: funcionários insuficientes, sobrelotação, falta de autonomia e liberdade pessoal. Novamente, e em consonância com uma das conclusões já apresentada de outra investigação, as crianças apresentam o desejo de regresso à família embora tenham consciência que esta primeiro terá que se reorganizar.

Para Gomes (2010, p.173) com a institucionalização prolongada o referencial criado pelo sentimento de pertença a uma família (afeto, segurança e proteção) perde-se “sente que já não desperta o afeto incondicional nas pessoas que com ela vivem”, aumentando o sentimento de vazio, rejeição e abandono. Assim, torna-se importante definir o seu projeto de vida a curto prazo que poderá ser: reintegração familiar, integração da familiar biológica ou alargada, adoção ou autonomia de vida, tendo sempre em conta que esta medida dever ser temporária.

1.3 – Enquadramento CAT e LIJ no EDV

A região do Entre Douro e Vouga, inserida na região Norte de Portugal é composta pelos concelhos de Arouca, Sta. Maria da Feira, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, e S. João da Madeira. Neste sentido torna-se pertinente contextualizar demograficamente o estudo realizado, na medida em que esta é uma região com especificidades diversas, que torna cada um destes contextos de investigação singular, como podemos constatar na seguinte tabela.

Tabela 1- Caracterização demográfica do EDV

Município	Superfície (km ²)	População (2011)	População até aos 19 anos	Densidade populacional (hab./km ²)	Freguesias
Arouca	329,11	22 359	4688	68	16
Oliveira de Azeméis	161,10	68 611	13120	426	12
Santa Maria da Feira	215,88	139 312	29478	645	21
São João da Madeira	7,94	21 713	4336	2 735	1
Vale de Cambra	147,33	22 864	4032	155	7

Fonte: Censos 2011

De acordo com a tabela 1, se por um lado, Arouca apresenta a maior superfície, por outro, aproxima-se de S. João da Madeira a nível de população. A população infanto-juvenil representa apenas uma pequena percentagem, no total da população, de cada um dos Municípios. Todavia, importa referir que os concelhos mais populosos são Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis.

Segundo os censos de 2011 no EDV existem 1350 jovens institucionalizados (em todas as valências), com predominância na faixa etária dos 10 aos 19 anos de idade, tendência que se verifica nos concelhos que o compõem. No concelho de Oliveira de Azeméis verifica-se o valor mais elevado de jovens institucionalizados (392), seguindo-se Santa Maria da Feira (356), Vale de Cambra (216), Arouca (203) e São João da Madeira (183). A população em estudo caracteriza-se sobretudo pelo género masculino, na sua totalidade, com valores superiores (comparativamente com os jovens do sexo feminino) em todos os concelhos em estudo – Arouca, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, São João da Madeira e Vale de Cambra. Porém, de acordo com a mesma fonte – os censos de 2011- é possível inferir que no EDV existem na sua maioria mais indivíduos do sexo feminino, justificada por uma faixa etária já avançada (75 e mais anos).

Torna-se assim importante definir os dois conceitos centrais desta investigação: Lar de Infância e Juventude (LIJ) e Centro de Acolhimento Temporário (CAT). De acordo com a Carta Social (2007) LIJ é uma “resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção”.

Centro de Acolhimento Temporário (CAT) é uma “resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, de duração inferior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção”. Pode-se assim inferir que, a grande diferença entre as duas respostas é o período que se prevê para a respetivas medidas, em LIJ mais de 6 meses e em CAT, até 6 meses.

De forma a enquadrar as respostas sociais supracitadas, torna-se imprescindível perceber como se distribuem geograficamente.

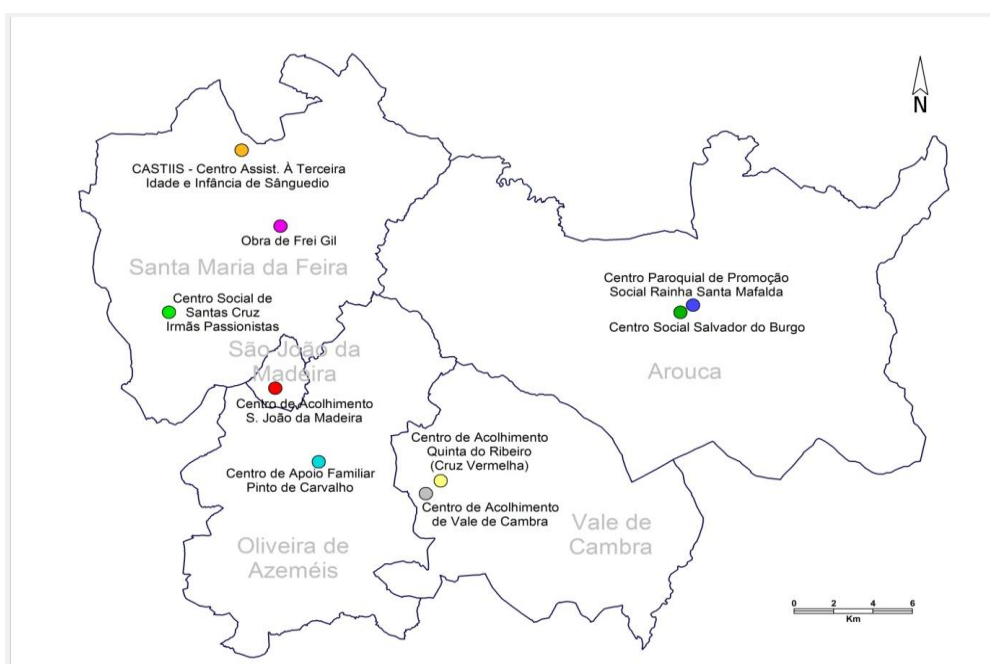


Ilustração 1- Distribuição dos LIJ e CAT no EDV

O presente mapa permite-nos observar que os 5 concelhos do EDV têm respostas sociais para crianças e jovens em risco: Arouca – 2 LIJ, um feminino e um misto; Vale de Cambra – 1 CAT masculino e outro com crianças dos 0 aos 3 anos; S. M^a da Feira – 3 CAT masculinos; S. João da Madeira – 1 CAT misto e Oliveira de Azeméis – 1 instituição com CAT e LIJ.

As instituições que têm estas valências apresentam uma pesada herança histórica pelo seu carácter religioso e/ou os diretores, coordenadores ou fundadores são padres ou freiras. A

origem destas valências prende-se com a filosofia de vida do fundador ou diretor bem como a decisão sobre os seus fins e regulamentos.

Nota-se assim que na génese destas respostas está na base assistencialista da Igreja Católica, sendo que nunca houve uma (re)estruturação concelhia/regional destas respostas tendo em conta as necessidades e as especificidades do público – alvo.

O relatório CASA (2003, p.107) refere a necessidade das respostas sociais serem diversificadas “em função das necessidades das crianças e jovens, atuando estrategicamente num reordenamento territorial das mesmas, na especialização da respetiva intervenção e dos diversos interventores e na comunidade da criação de mais lares especializados”. Por conseguinte, é de facto importante caracterizar as instituições do EDV, nomeadamente, ao nível da sua valência; no número de vagas; qual o número de crianças e jovens institucionalizados dos 8 aos 20 anos e o número de participantes neste estudo, como se clarifica a tabela 2.

Tabela 2- O acolhimento institucional de crianças e jovens em perigo no EDV- caracterização

Instituições	Valência	Vagas	Crianças e jovens dos 8 aos 20 anos	Nº. de crianças participantes no estudo
Centro Paroquial de Promoção Social Rainha Santa Mafalda Arouca	LIJ Feminino	50	45	41
Centro Social e Paroquial de Salvador do Burgo Arouca	LIJ Misto	12	11	11
Obra de Frei Gil (Sta. Mª da Feira)	LIJ Masculino	30	30	0
Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho Oliveira de Azeméis	CAT LIJ Feminino	30 30	53	53
Centro de Acolhimento S. João da Madeira	CAT Misto	30	6	6
Centro de Acolhimento Quinta do Ribeiro (Cruz Vermelha) Vale de Cambra	CAT Masculino	30	14	14
Centro de Acolhimento de Vale de Cambra	CAT	30	(crianças dos 0 aos 6 anos)	0
Centro Social de Santa Cruz – Irmãs Passionistas (Sta. Mª da Feira)	CAT Masculino	15	4	3
CASTIIS – Centro Assistência à Terceira Idade e Infância de Sânguedo (Sta. Mª da Feira)	CAT Masculino	20	12	0
Total		277	175	128

Fonte: Elaboração própria

Esta tabela permite-nos verificar que todos os concelhos que compõem o EDV têm uma ou duas valências em estudo. A maior concentração destas respostas (LIJ e CAT) situam-se nos concelhos de Oliveira de Azeméis (60 vagas) e Arouca (62 vagas).

Outro aspeto importante é o facto de o total (175) do universo em estudo (crianças e jovens institucionalizadas dos 8 aos 20 anos), 73,1% (128) aceitaram responder ao questionário.

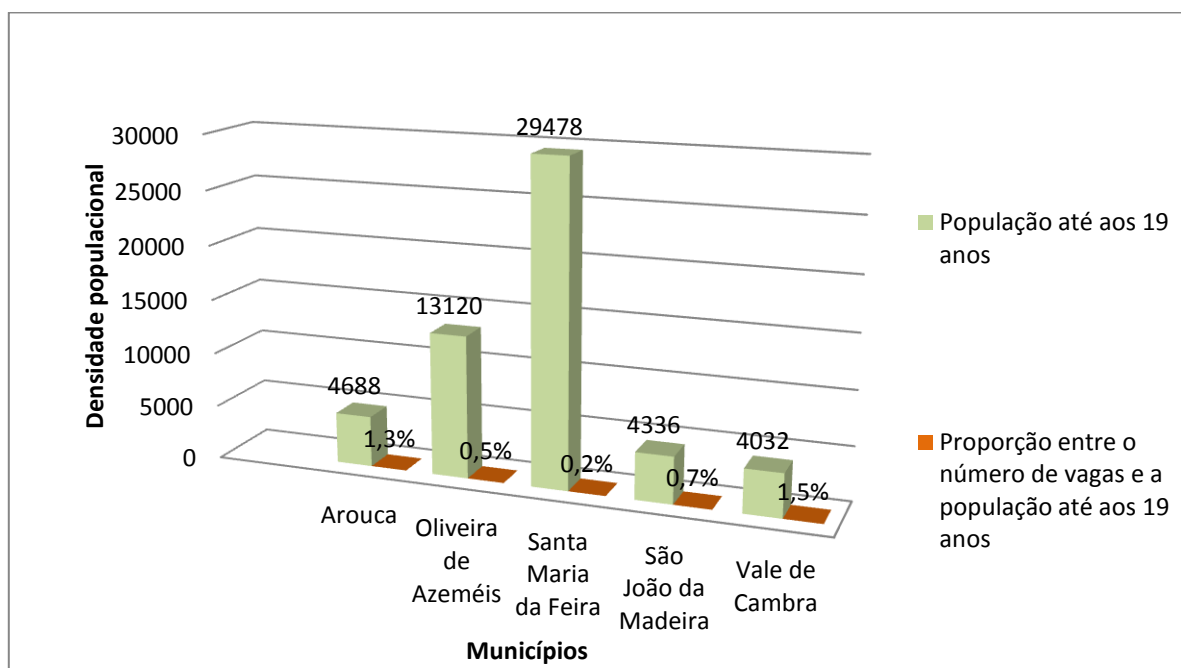


Ilustração 2- Relação entre o número de vagas e a população até aos 19 anos por Município

Através do gráfico anterior, podemos verificar que as vagas nas respostas sociais de CAT e LIJ não têm qualquer tipo de correlação com o número de residentes até aos 19 anos nos vários concelhos do EDV. O concelho com mais população infanto-juvenil (Santa Maria da Feira) é aquele que dispõe de menos vagas. Por outro lado, os concelhos com menor população infanto-juvenil Arouca e Vale de Cambra têm o maior número de vagas destas respostas sociais. Como indica o relatório CASA (2013, p.108), “o reordenamento das respostas de acolhimento deverá ser ponderada em função das necessidades que em cada região do país se revelar adequado face ao respetivo número de crianças e jovens em período a afastar temporariamente das suas famílias e comunidades”.

De acordo com o mesmo relatório 86,8% das crianças e jovens em instituição encontram-se enquadradas em respostas do distrito de origem, 13,2% encontra-se deslocalizadas em instituições de distritos distintos dos seus agregados familiares: em CAT temos 198 (9.7%) crianças/jovens e em LIJ, 912 (16,8%).

II – Materiais e Métodos

2.1 – Participantes

Participaram neste estudo 128 crianças e jovens dos 8 aos 20 anos, institucionalizadas em IPSS's do EDV, das valências de CAT e LIJ. No total existem 9 instituições às quais foi proposta a participação na presente investigação, porém três instituições não participaram no estudo.

O Centro de Acolhimento de Vale de Cambra não reunia critérios para a aplicação dos questionários pois apenas acolhia crianças dos 0 aos 6 anos. Relativamente à Instituição CASTIIS numa primeira abordagem (via e-mail) responderam que se encontravam interessados em colaborar no estudo, mas após uma avaliação mais aprofundada dos questionários a equipa técnica considerou que tendo em conta as características do grupo que dispunham, rapazes adolescentes que tinham entrado na instituição há pouco tempo, algumas questões poderiam colocar em causa a sua integração, optando assim, por não participar no estudo. Quanto à Obra do Frei Gil, a diretora técnica foi contactada telefonicamente e via-e-mail e referiu que normalmente os jovens desta instituição não aderem e/ou não demonstram vontade em participar em estudos deste género. Após vários contactos não tivemos resposta final e formal relativamente à disponibilidade em participar nesta investigação.

A equipa técnica do Centro de Acolhimento de S. João da Madeira considerou que apenas seria útil a aplicação destes questionários a crianças com 12 anos ou mais, no seu caso concreto, tendo em conta as características do grupo que dispunham.

Na seleção dos participantes foi extremamente útil a colaboração das equipas técnicas das instituições, no sentido de indicar as criança/jovem que teriam condições para participar neste estudo. Assim, cada situação com especificidades únicas era debatida com elementos das equipas técnicas, no sentido de garantir que esta investigação não colocaria em causa o projeto de vida, a estabilidade psicológica e emocional dos participantes. Houve situações em que foram referidas perturbações psicológicas e/ou psiquiátricas que não permitiam a compreensão do questionário.

2.2 – Procedimentos

Esta investigação tem a criança/jovem como sujeito ativo e participativo na construção de conhecimento, sendo-lhe garantido confidencialidade e privacidade relativamente à

informação recolhida, tendo em conta que “os princípios éticos que a influenciam, não devem estar previamente estabelecidos, mas considerados num processo contínuo de construção”, atendendo às particularidades das crianças/jovens. (Soares,2006) e Boyden & Ennew, 1997), cit. in Fernandes & Tomás (2011).

Para Fernandes & Tomás (2011), a investigação com crianças, é importante para que a criança seja envolvida “na construção de conhecimento acerca de si mesmo e dos seus mundos mas também reconhece modos alternativos de pensamento”.

A metodologia utilizada, de forma a salvaguardar o consentimento informado dos participantes foi através de uma articulação muito próxima com diretores técnicos e posteriormente com outros profissionais destas instituições. Primeiramente foi realizado contacto telefónico aos diretores técnicos das diversas instituições, fazendo a primeira abordagem no sentido de esclarecer o objetivo do presente estudo. Após este contacto foi enviada formalização por correio electrónico do respetivo pedido para a participação das crianças/jovens no estudo, solicitando entrevista com o mesmo.

Primeiro, realizou-se uma entrevista informal aos diretores técnicos das instituições com o objetivo de obter informações relativas ao público-alvo, como por exemplo problemáticas com mais prevalência, conhecer a instituição e algumas das boas práticas ou dificuldades existentes no funcionamento da instituição. Pretendia-se apenas conhecer e criar formas de articulação ajustadas ao método de trabalho e à forma de agir de cada equipa e instituição. Assim, em alguns casos privilegiou-se o contacto via correio electrónico e telefónico, enquanto que 4 instituições preferiram reuniões informais nas instituições, para se definir estratégias para aplicação dos questionários.

Foi dado a conhecer o instrumento que se pretendia aplicar, chegando-se a um consenso acerca da melhor abordagem para as crianças e jovens. Optou-se por serem os técnicos das respetivas instituições a solicitar esse consentimento e a prestar os respetivos esclarecimentos relativamente ao instrumento aplicado (anónimo e confidencial).

Em todas as instituições foi consensual que deveria ser o técnico com maior relação de confiança com cada jovem a lançar-lhe o desafio de participar e a explicar o que se pretendia com este estudo. Assim, não houve um método estandardizado e comum na aplicação dos questionários, na medida em que estas crianças/jovens devem ser preservadas e não seria benéfico alguém externo colocar-lhes questões relacionadas com aspetos tão delicados e complexos da(s) sua(s) história(s) de vida.

Neste sentido foi apresentado o questionário aos diretores técnicos das várias instituições e estes foram aplicados pelos mais diversos profissionais, de acordo com cada situação: educadores sociais, educadores de infância, psicólogos e assistentes sociais. Sempre que surgia alguma dúvida durante esse procedimento de imediato era esclarecida.

Estes profissionais mostraram-se bastante receptivos a colaborar na investigação, apesar da sua parca disponibilidade. No decorrer destas “entrevistas informais” foi-nos demonstrada abertura e arrojo para partilhar experiências por parte destes profissionais. Deste modo, consideramos importante também para a investigação a combinação com uma técnica de carácter qualitativa, particularmente o *focus group* na medida em que se pretendia a partir dos pontos principais e comuns referenciados pelos profissionais (definição dos tópicos de entrevista) a discussão estruturada e partilha de experiências e boas práticas de forma mais detalhada.

Segundo Morgan (1997) o *focus group*, comparado a outras técnicas e/ou métodos, proporciona uma multiplicidade de visões e reações emocionais no contexto do grupo. Se, por um lado, pode ser considerada como ação não natural que pode inibir a espontaneidade do grupo, por outro, por ser uma ação previamente organizada e dirigida a um grupo determinado, permite ao investigador maior agilidade na recolha de dados, o que não se assegura em técnicas e/ou métodos não-diretivos.

Assim sendo, foram contactados novamente todos os diretores técnicos a expor esta pretensão e enviada a proposta de guião de *focus group* que foi acolhida com entusiasmo por parte dos mesmo. Porém, devido à incerteza na participação na data previamente definida, sugestão feita por alguns dos diretores técnicos, outro elemento da equipa estaria previamente “preparado” após uma discussão com os restantes técnicos na instituição. Foram agendados com os técnicos dois dias para a recolha de informação, mas a dificuldade em conciliar a disponibilidade dos técnicos não permitiu esta realização em tempo útil à concretização deste trabalho.

2.3 – Instrumentos

Para a recolha dos respetivos dados foi usado o QSI (Questionário de Satisfação/Percepção com a Institucionalização) com o objetivo de compreender qual a percepção destas crianças e jovens relativamente à medida que lhes foi aplicada.

Este questionário (apêndice A) é constituído por 18 questões e dividido em duas partes essenciais: os 4 primeiros itens são sociodemográficos (Sexo, Naturalidade, Idade,

Escolaridade) e a segunda parte é composta por 14 questões relativas à satisfação com a institucionalização. De forma a validar o inquérito este foi testado, sendo aplicado inicialmente a 10 crianças institucionalizadas não havendo necessidades de alterar nenhuma questão. Tivemos ainda como preocupação primordial simplificar os termos de modo a que estes fossem compreendidos pelas crianças da faixa etária definida, sendo observado pelas técnicas das instituições, passível de ser alterado caso a instituição não concordasse com alguma das questões, facto que não se verificou.

Para a aplicação da abordagem de *focus group*, como referido anteriormente, foram selecionados todos os participantes das instituições validadas em estudo, e realizado um guião (apêndice B) onde foram definidos tópicos inicialmente mais abrangentes promovendo a discussão da temática. Porém, esta ferramenta não foi concretizada, pelo que não há dados do decorrer da discussão e da análise dos seus resultados, o que permitiria, devido a uma combinação de técnicas (quantitativa e qualitativa) um enriquecimento da presente investigação social.

2.4 – Análise estatística

Para análise dos dados recolhidos foi usado o programa *Statistical Package for the Social Sciences* versão 20 de forma a ser possível o cruzamento de variáveis que nos permitam compreender e refletir acerca da temática da institucionalização de crianças e jovens em risco.

Foi realizada a análise descritiva de todas as questões que compõem o questionário, inserindo duas variáveis adicionais: instituição onde se encontra inserido e a resposta social, na medida em que estas foram essenciais na compreensão dos dados obtidos e no cruzamento de variáveis.

Para o tratamento das duas questões abertas foi usado o programa Excel de forma a facilitar a sua análise. As respostas foram categorizadas, de forma a se proceder a uma análise de conteúdo por avaliação das respostas. Deste modo, mais do que uma análise quantitativa, estas questões permitem “dar voz” a crianças e jovens institucionalizadas. Assim, procedeu-se não só a uma análise quantitativa, mas também qualitativa das respostas abertas onde os respondentes deram as suas opiniões, percepções, sugestões, desabafos e tudo que entenderam ser oportuno chegar ao investigador.

III – Análise dos resultados

3.1 - A percepção das crianças e jovens institucionalizadas

O presente estudo, tal como foi referido anteriormente, teve como público-alvo as crianças e jovens institucionalizadas no EDV, um total de 128, distribuídas do seguinte modo: CPPSRSM com 41 indivíduos (32%); CSPSBA com 11 (8,6%); CAFPCOA com 53 (41,4%); CASJM com 6 (4,7%); CAQR (CV) com 14 (10,9%); CSSCIP com 3 (2,3%). Pode-se assim verificar que Arouca e Oliveira de Azeméis têm uma grande concentração destas crianças e jovens, perfazendo um total de 105 crianças/jovens do universo em estudo.

Relativamente ao sexo, 27 (21,1%) dos participantes são masculinos e 101 (78,9%) femininos, o que demonstra um desequilíbrio de género na amostra, que se justifica pelo maior número de vagas do sexo feminino nestas respostas sociais, nesta região.

Tabela 3- Grupo etário dos inquiridos

Idade	Número de inquiridos	Percentagem de inquiridos
8-10 Anos	8	6,3 %
11-13 Anos	23	18,0 %
14-16 Anos	65	50,8 %
15-19 Anos	30	23,4 %
20 Anos	1	0,8 %
Não respondeu	1	0,8 %
Total	128	100,0 %

A idade das crianças/jovens institucionalizados no EDV concentra-se nos (14-16 anos), com 65 (50,8%). Com 15-19 anos temos 30 respondentes (23,4%), dos 11-13 anos são 23 (18%) e dos 8-10 anos há 8 (6,3%), sendo que 1 tem 20 anos e 1 não respondeu.

Quanto à naturalidade dos participantes, podemos verificar que os concelhos com mais crianças institucionalizadas nesta região são: Arouca com 20 (15,6%), Aveiro com 18 (14,1%) e Oliveira de Azeméis com 16 (12,5%). Os restantes encontram-se distribuídos por vários concelhos de Portugal Continental (Matosinhos, S. João da Madeira, Santa Maria da Feira, Lisboa, Cortegaça, Torres Vedras, Ovar, Águeda, Espinho, Albergaria-a-Velha, Castelo de Paiva, Vila Real, Moita), sendo que 2 são naturais dos Açores e 1 da Guiné Bissau.

As crianças e jovens estão igualmente distribuídos pelos CAT e LIJ: 64 para cada. Quanto ao tempo de permanência na instituição podemos verificar que 53 crianças/jovens (41,4%) se encontram entre 1 a 3 anos, 44 (34,4%) há menos de um ano e 31 (24,2%) há mais de 3 anos.

Verifica-se assim que 97 crianças/jovens (75,8%) estão na instituição num período não superior a 3 anos.

Na questão “concordou com a decisão de vir para a instituição?” 37 crianças/jovens (28,9%) “suficiente”, 32 (25%) referem “nada”, 24 (18,8%) respondem que concordaram “muito”, 20 (15,6%) indicam “pouco” e 14 (10,9%) “bastante” um não respondeu. Assim, 40,6% destas crianças/jovens não concordaram com a decisão de vir para a instituição, não havendo a possibilidade de averiguar se tiveram ou não a possibilidade de manifestar essa oposição junto da entidade detentora do processo. Por outro lado, 59,4% concordou que a institucionalização seria a melhor opção em determinada etapa da sua vida.

Quando questionados acerca das condições físicas das instituições onde estão integrados, a opinião destas crianças e jovens é muito favorável, 113 (64%) classificam-nas de forma positiva, com uma escala de “muito” (41), “bastante” (41), “suficiente” (31) e apenas 14 (11%) classificam como negativas as condições físicas das instituições, como se exemplifica no seguinte gráfico.

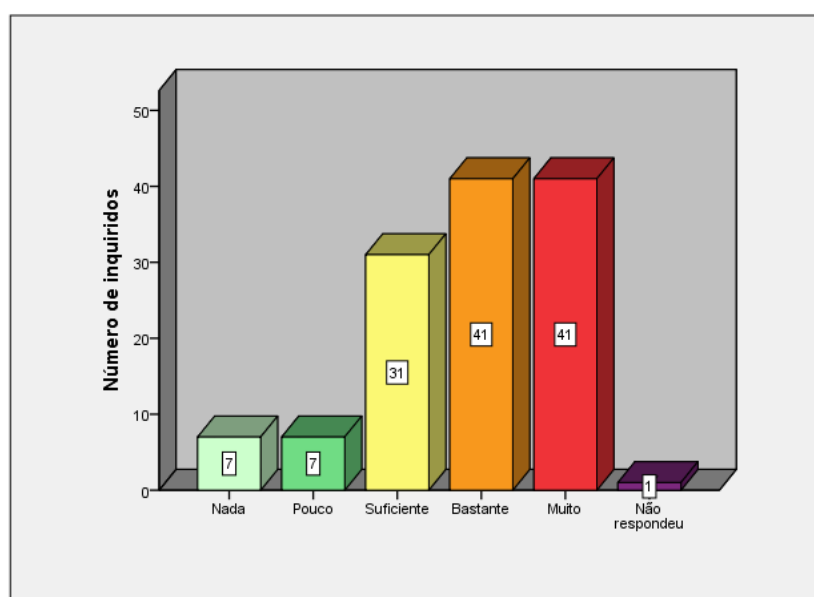


Ilustração 3 - Resposta à questão: "Acha que a instituição reúne as condições físicas necessárias para o conforto dos seus utentes?"

Estes consideram assim que a nível de estrutura, as instituições adequam-se às suas necessidades pois, são “muito confortáveis, é uma boa maneira para assim as famílias se poderem organizar e terem uma vida estável para depois ter os seus filhos (59) ”, proporcionando-lhes satisfação.

Importa aqui referir que esta avaliação é de acordo com o quadro de referências que estas crianças/jovens possuem relativamente às condições em que viveram aquando da sua integração familiar, sendo que a grande maioria são provenientes de famílias com poucos recursos socioeconómicos. Neste sentido, consideramos relevante fazer uma pesquisa acerca das instituições em estudo ao nível das condições físicas.

Após observação das instituições no local, 2 apenas do exterior, e após pesquisas de imagens nas respetivas páginas na Internet, achamos que estas se subdividem em 3 tipos de instituições:

1. Edifícios de grandes dimensões, sendo destacados na localidade onde se encontram integrados, pela sua imponência estrutural, indicando um local onde é prestado um serviço à comunidade. Acolhem no seu interior várias valências sociais, principalmente de apoio à infância e juventude. A nível de funcionamento têm estruturas/funcionários comuns às várias valências, como por exemplo: cozinha e lavandaria.

Outro aspeto importante é a entrada comum para todas as valências, havendo uma receção e/ou secretaria para indicar o local onde nos devemos dirigir. No exterior por vezes (por questões de segurança das crianças) existem vedações e formas de segurança para se entrar no edifício.

2. Edifícios onde existe apenas a valência de CAT ou LIJ, ou então encontram-se integradas numa instituição com um conjunto de valências de apoio à infância e juventude, mas com entrada exclusiva, ainda que interiormente haja ligação das mesmas e alguns dos funcionários da instituição desempenham funções em várias valências.

3. Instituição inserida num local com centralidade, aparência de casa/apartamento, passando completamente despercebida para o cidadão comum como sendo um lar de acolhimento, sendo também de menores dimensões, aproximando mais do modelo familiar a nível estrutural.

Esta observação permite-nos comparar as estruturas e funcionamento das instituições de acolhimento do EDV, baseado na observação do investigador, sem se aprofundar dinâmicas internas, dado que não era este o principal objetivo do estudo. Consideramos importante expor estes dados, para reflexão relativamente ao facto da satisfação com as condições físicas das instituições serem claramente positivas por parte dos participantes neste estudo.

No que concerne à percepção das crianças e jovens acerca dos funcionários, os respondentes avaliam-nos de forma positiva, como se apresenta na tabela seguinte.

Tabela 4 - Acha que os funcionários estão preparados para vos prestar o apoio necessário?

Opções de resposta	Número de inquiridos	Percentagem de inquiridos
Nada	5	3,9 %
Pouco	8	6,3 %
Suficiente	25	19,5 %
Bastante	44	34,4 %
Muito	45	35,2 %
Não respondeu	1	0,8 %
Total	128	100,0 %

Podemos observar que são 45 (35,2%) os inquiridos que os considera “muito” preparados, 44 (34,4%) consideram que estão “bastante” preparados e 25 (19,5%) classificam como suficiente o desempenho desses profissionais, 8 (6,3%) e 5 (3,9%) consideram “pouco” ou “nada”, respetivamente.

Quanto à questão “o ambiente com os seus colegas é agradável?”, 47 (36,7%) das crianças/jovens consideraram “suficiente”, 36 (28,1%) consideraram “bastante” agradável e 16 (12,5%) muito. Por outro lado, mas com menos representatividade 24 (18,8%) consideram o relacionamento com os colegas na mesma instituição como “pouco” 5 (3,9%) e “nada” agradável, como se verifica através do gráfico.

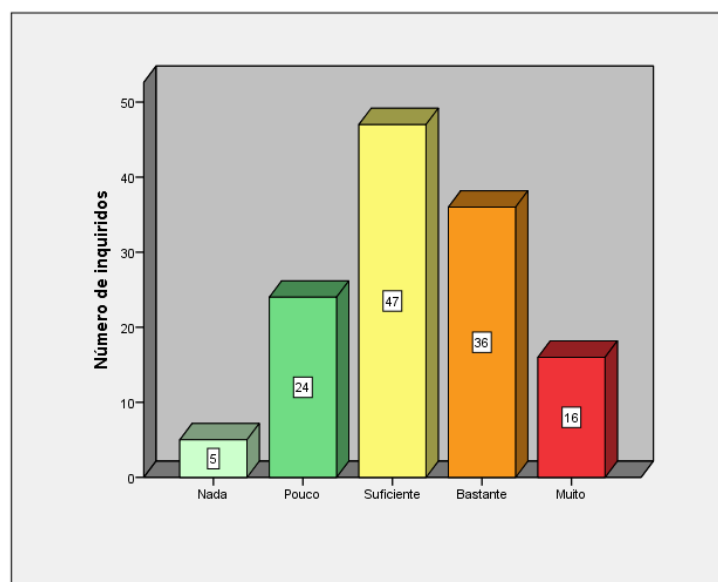


Ilustração 4 - O ambiente com os seus colegas é agradável?

Relativamente à questão “gosta de viver nesta instituição” as respostas demonstram que 30 inquiridos (23,4%) classificam a resposta como “suficiente”, 25 como “bastante” e 26 (20,3%) referem que gostam “muito” de viver naquela instituição. Por outro lado, 22 (17,2%)

dos participantes referem que não gostam “nada” e 25 (19,5%) gostam “pouco” de viver na instituição onde estão integrados.

Neste sentido, as respostas à questão “no seu dia-a-dia alguma vez sentiu que era tratado de maneira negativa por viver numa instituição?” mostram que de facto, não se sentem tratados de forma negativa, uma vez que 65 (50,8%) inquiridos responderam “não”, 37 (28,9%) “algumas vezes” e 26 (20,3%) responderam “sim”.

Quando questionados acerca da integração na instituição onde residem denota-se grande concentração das respostas em alternativas que classificam essa experiência como positiva, como podemos analisar na tabela seguinte.

Tabela 5- Sente-se integrado(a) na instituição?

Opções de resposta	Número de inquiridos	Percentagem de inquiridos
Nada	13	10,2 %
Pouco	15	11,7 %
Suficiente	34	26,6 %
Bastante	36	28,1 %
Muito	29	22,7 %
Não respondeu	1	0,8 %
Total	128	100,0 %

Como observamos, 99 (77,4%) crianças/jovens classificam a sua integração como positiva, distribuídos da seguinte forma: 29 sentem-se “muito” integrados, 36 “bastante” e 34 “suficiente”. Por outro lado, 28 (21,9%) classificam a sua integração de forma negativa, a saber: 13 (10,2%) nada satisfeitos e 15 (11,7%) pouco.

À questão “considera a instituição o seu lar?” 53 (41,4%) crianças/jovens afirmam que “sim”, 43 (33,6%) “algumas vezes”. Por outro lado, 31 (24,2%) respondentes não consideram a instituição como o seu Lar. De facto, há alguma distribuição pelos inquiridos que respondem que a instituição é o seu lar e aqueles que consideram que é “algumas vezes”. Assim, importa analisar, de acordo com a tabela 6, a questão “preferia ser apoiado por técnicos sem ter saído da sua família sem ter saído da sua família?”

Tabela 6 - Preferia ser apoiado por técnicos (psicólogos, assistente social, etc.) sem ter saído da sua família?

Opções de resposta	Número de inquiridos	Percentagem de inquiridos
Sim	57	44,5 %
Não	37	28,9 %
Talvez	33	25,8 %

Não respondeu	1	0,8 %
Total	128	100,0 %

Tal como podemos verificar na tabela 6, 57 crianças/jovens (44,5%) referem que preferiam ser apoiados por técnicos, em vez de ter saído da sua família, mostrando a importância de uma intervenção efetiva na primeira linha de intervenção. Em contrapartida, 37 (28,9%) crianças e jovens consideram que não preferiam essa alternativa, e 33 dos respondentes (25,8%) manifestaram a sua indecisão respondendo “talvez”, mostrando indecisão se o apoio dos técnicos seria ou não uma medida que evitaria sair do seu agregado familiar. Ainda no âmbito desta questão um inquirido não respondeu.

No âmbito da percepção acerca das crianças e dos jovens das várias formas de os apoiar, estes consideram que a medida mais usada deveria ser medida em meio familiar, como podemos, observar através da tabela 7.

Tabela 7 - Existem várias formas de apoiar crianças com problemas na família, na tua opinião qual deveria ser a mais usada?

Opções de resposta	Número de inquiridos	Percentagem de inquiridos
Confiança a uma pessoa responsável	11	8,6 %
Apoia-la junto de outro familiar	31	24,2 %
Acolhimento familiar	11	8,6 %
Apoio junto dos pais	40	31,3 %
Acolhimento institucional	18	14,1 %
Outra	4	3,1 %
Apoio junto dos pais e acolhimento institucional	7	5,5 %
Não respondeu	3	2,4 %
Total	128	100,0 %

Relativamente há medida de promoção e proteção que deveria ser mais usada, os inquiridos 40 (31,3%) privilegiam o “apoio junto dos pais”, seguidamente o “apoio junto de outro familiar” 31 (24,2%). Confiança a pessoa responsável ou acolhimento familiar reúnem 8,6% cada, sendo o acolhimento institucional superior com 18 (14,1).

Por conseguinte, importa perceber se os inquiridos consideram que a problemática poderia ter sido resolvida de forma distinta, como podemos constatar através do gráfico 7.

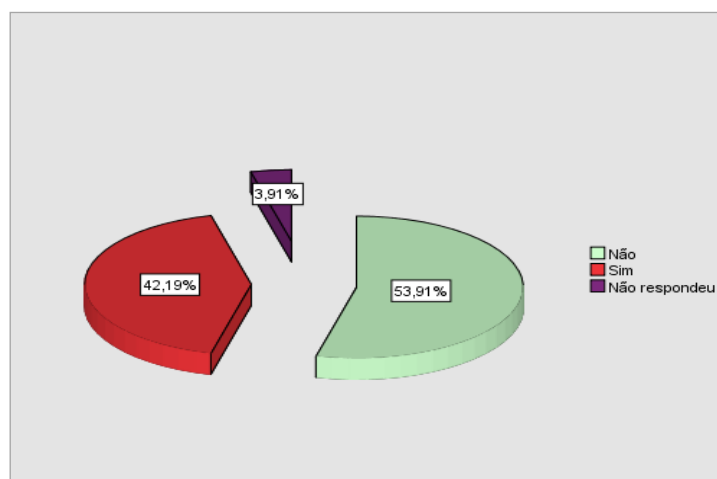


Ilustração 5 - Acha que a problemática que o trouxe a esta instituição poderia ter sido resolvida de outra forma?

Analisando os dados, a maioria das crianças e jovens (53,1%) concorda com a medida aplicada. Contrariamente, 42,2% dos inquiridos consideram que o(s) problema(s) que esteve na origem da institucionalização se poderia resolver de outra forma, apresentando algumas soluções:

- a) Autonomização** - “Estar numa pré-autonomia para fazer a minha vida noutra instituição, para ver que posso mudar muita coisa”;
- b) Apoio técnico junto dos pais** – “Meterem-me a falar com um psicólogo etc.” “Falando ter dado ajuda mas sem me tirar a minha família”, “Apoio junto dos meus pais”; “Apoios psicológicos e de terapeutas, Não me separando da minha família, só me dando apoio”;
- c) Mudança de comportamento do jovem:** “Ir sempre à escola”, “Falando sobre as coisas e resolvendo-as”, Trabalho comunitário”;
- d) Apoio noutra meio familiar:** “Ir para junto de um familiar”, Apoios psicológicos e de terapeutas, Acolhimento noutra família”;
- e) Articular com entidades:** “Falar com Tribunal para ir para casa”.

No âmbito dos resultados pretendemos cruzar algumas das variáveis que auxiliam numa melhor análise dos dados recolhidos. Por conseguinte, foi realizado de seguida, o cruzamento entre a variável número de inquiridos; os que consideram a instituição o seu lar e as instituições inquiridas.

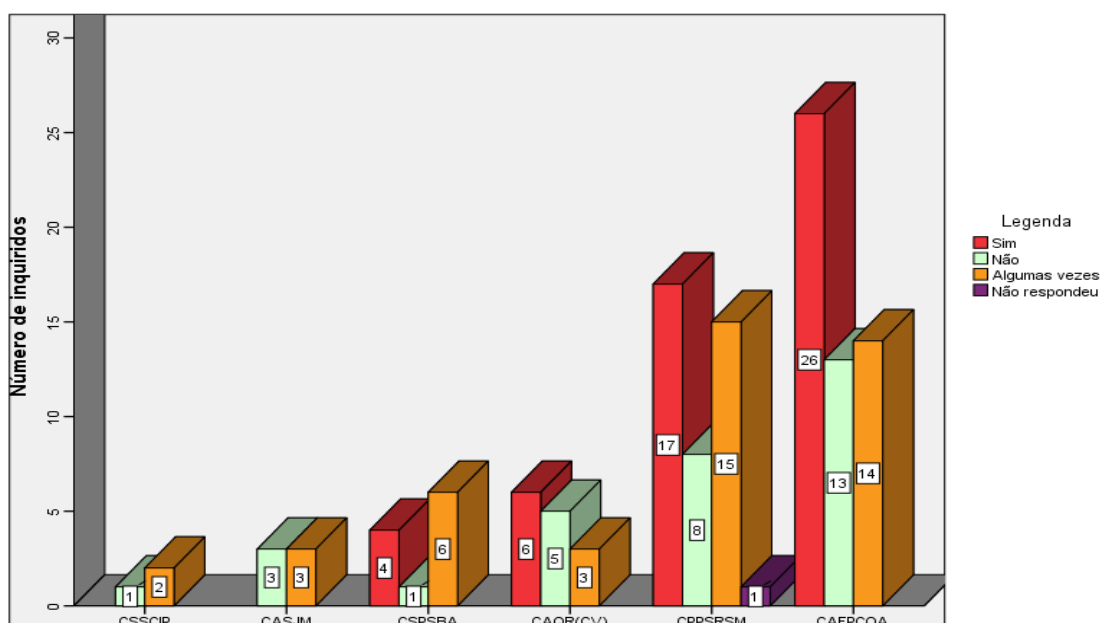


Ilustração 6 - Relação entre os inquiridos que consideram a instituição o seu lar e as instituições inquiridas

O presente gráfico permite-nos considerar que as crianças/jovens institucionalizadas no EDV têm na instituição onde residem o reflexo de um “Lar”, sendo que nas 6 instituições nenhuma tem o “não” como resposta mais prevalente.

De destacar que no CPPSRM e no CAFPCOA existe alguma semelhança nos resultados, sendo que o “sim” é o mais significativo, seguindo-se do “não” e por último algumas vezes. No CAQR(CV) existe maior proximidade nos jovens que consideram a instituição como um lar, 6 responderam “sim”, 5 “não” e 3 “algumas vezes”.

Nas outras 3 instituições em nenhuma é dominante o “sim” como resposta dada. No CSPA, 6 consideram “algumas vezes”, 4 “sim” e 1 “não” considera a instituição o seu lar. Nas outras 2 instituições existe em comum o facto de não haver nenhuma criança que considere a instituição o seu lar. No CASJM, 3 respondeu “não” e 3 respondem “algumas vezes”. No CSSCIP, 1 respondeu “não” e 2 “algumas vezes”.

No cruzamento das variáveis “concordou com a decisão de vir para a instituição?” e “grupos etários” de forma lata, podemos verificar que a resposta é diferenciada de acordo com os diferentes grupos etários na medida em que o seu grau de concordância varia em consonância com o grupo etário. Ou seja, quanto menos idade têm maior é a aceitação da decisão, como podemos analisar de seguida.

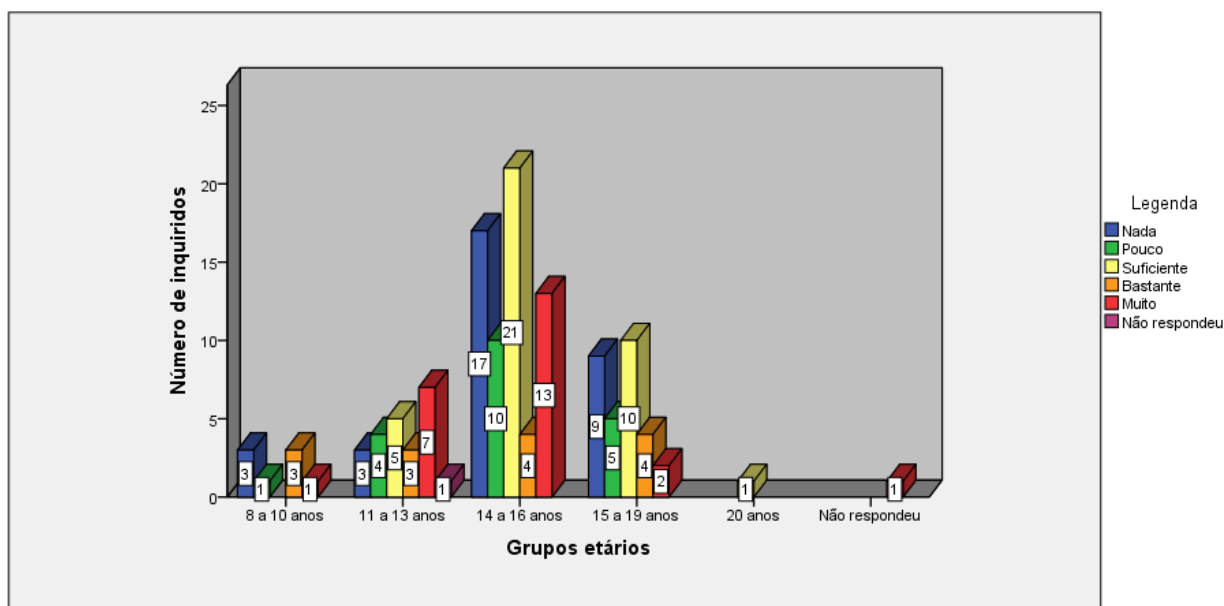


Ilustração 7 - Relação entre a concordância dos inquiridos na medida de institucionalização e o grupo etário

De acordo com o gráfico, podemos observar que 17 jovens entre os 14-16 anos, não concordaram “nada” com a medida e 10 inquiridos concordaram “pouco”. Contrariamente 38 jovens concordaram, 13 “muito”, 4 “bastante” e 21 classificam como “suficiente” a sua concordância. Quanto ao grupo etário dos 15 aos 19 anos a aceitação varia entre o suficiente (10) e o nada (9).

No que diz respeito à questão “há quanto tempo se encontra na instituição”, podemos de forma lata indicar que o grupo etário dos 14 aos 16 anos é o grupo dominante, que se encontra entre um e três anos (26 inquiridos) e há menos de um ano (25 inquiridos), como nos mostra o gráfico seguinte.

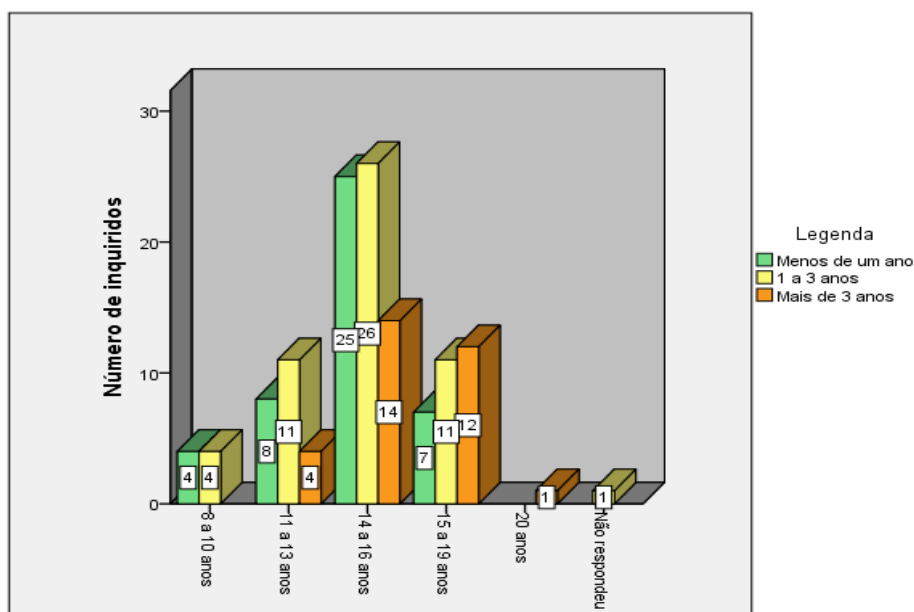


Ilustração 8 - Relação entre o número de inquiridos, o grupo etário e quanto tempo se encontra na instituição

Através deste gráfico podemos verificar que apenas o grupo etário 15 a 19 anos tem maior incidência de jovens que se encontra há mais de 3 anos na instituição 12, sendo que 11 se encontram entre 1 a 3 anos e 7 há menos de um ano. O único jovem com 20 anos encontra-se na instituição há mais de 3 anos.

A faixa etária com maior número de inquiridos, com idades compreendidas entre 14 a 16 anos (26) encontram-se na instituição entre 1 a 3 anos e 25 há menos de 1 ano, perfazendo um total de 51 jovens que se encontram na instituição por um período inferior a 3 anos. Destes jovens, 14 encontram-se nas instituições há mais de 3 anos. Nesta faixa etária encontram-se 65 dos jovens institucionalizados no EDV.

Na faixa etária dos 11 a 13 anos apenas 4 crianças se encontram institucionalizadas há mais de 3 anos, situação que merece grande atenção. Por outro lado, 11 crianças encontram-se na instituição num período de 1 a 3 anos e 8 há menos de 1 ano.

Entre os 8 e 10 anos não existem crianças há mais de 3 anos nas instituições, 4 crianças então na instituição há menos de um ano e 4 estão num período entre 1 a 3 anos.

Quanto ao período de tempo que os respondentes se encontram na instituição, analisando por tipo de resposta social, sobressai de facto, o período entre 1 a 3 anos, quer para o CAT, quer para o LIJ, como podemos dissecar no seguinte gráfico.

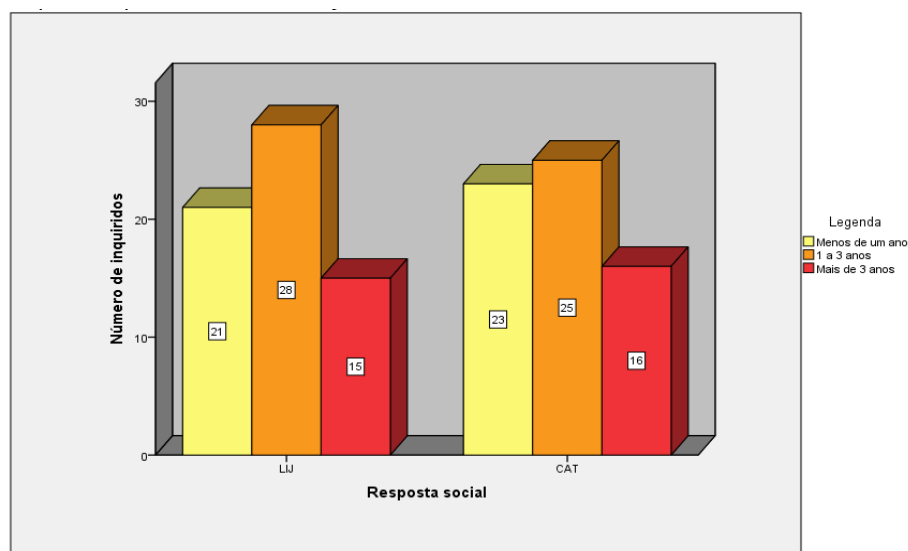


Ilustração 9 - Relação entre o número de inquiridos, há quanto tempo se encontra na instituição por tipo de resposta social

Relativamente ao tempo de integração dos inquiridos nestas respostas sociais podemos observar que estes dados não vão a encontro à da definição teórica e legal das mesmas, sendo que o CAT apresenta 16 inquiridos e o LIJ 15 que se encontram na instituição há mais de 3 anos. No período de permanência na instituição (1-3 Anos) o LIJ (28) apresenta superioridade numérica relativamente ao CAT (25). Relativamente ao período inferior a 1 ano, o LIJ (21) apresenta valores inferiores ao CAT (23).

De uma forma genérica podemos verificar que relativamente ao tempo que as crianças/jovens institucionalizados ficam nos lares residenciais são contrários ao que seria previsto nestas valências, pois os CAT's que participaram têm acolhimentos de longa duração e sobretudo existe um total de 31 respondentes nas duas valências que se encontram na instituição há mais de 3 anos.

Neste sentido, importa perceber qual a relação do número de inquiridos que considera a instituição o seu lar, por tipo de resposta social.

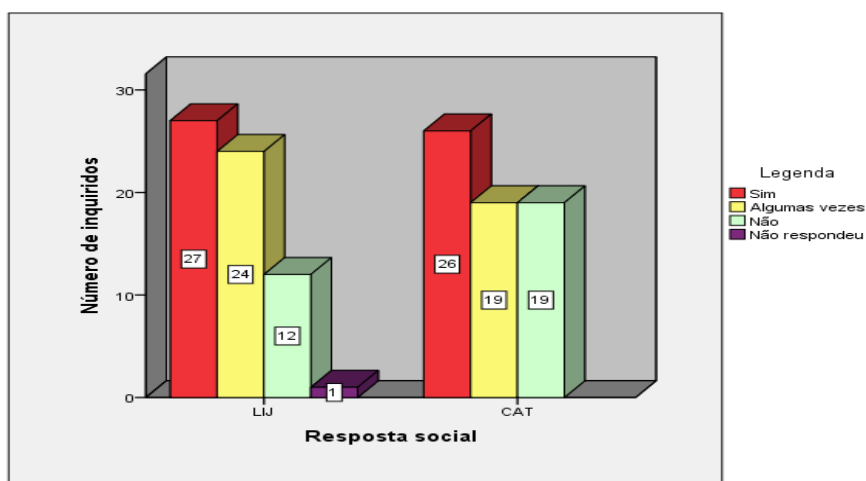


Ilustração 10 - Relação entre o número de inquiridos, se consideram a instituição o seu lar e o tipo de resposta social

Através da leitura do gráfico, é visível uma homogeneidade nas respostas, no sentido em que estas são maioritariamente positivas, tendo em conta que o “sim” é prevalente nas duas valências, LIJ (27) e CAT (26). O “não” é mais prevalente na resposta CAT (19), relativamente ao LIJ (12). Este facto poderia ser facilmente justificado com a definição teórica e jurídica destas valências, que preveem uma diferença ao nível do tempo de permanência na instituição, situação que não se verifica neste estudo.

Por outro lado, o “sim” e o “algumas vezes” é mais significativo no LIJ do que no CAT, sendo esta primeira mais associada ao conceito de Lar.

No que concerne à relação entre o número de inquiridos, se gostam de viver na instituição e a preferência em ser apoiados por técnicos, há efetivamente uma dependência entre variáveis, como podemos analisar.

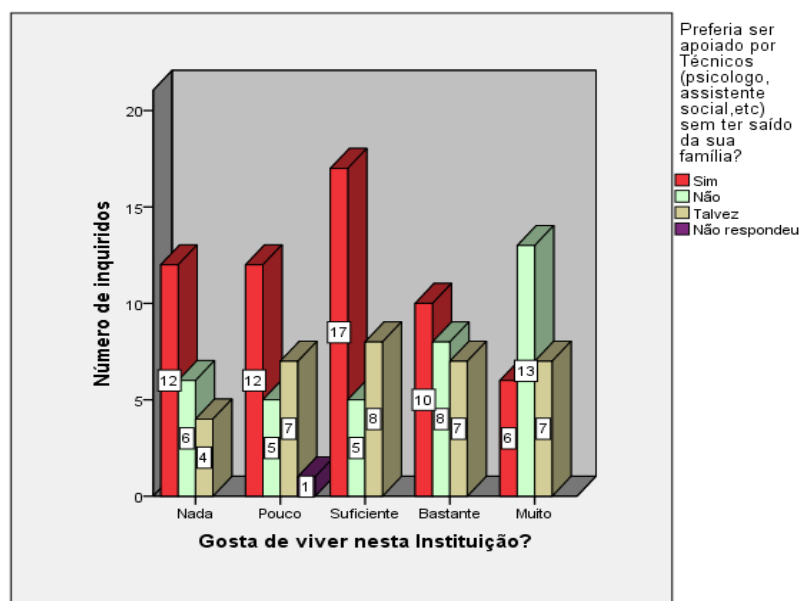


Ilustração 11 - Relação entre o número de inquiridos, gosta de viver nesta instituição e a preferência em ser apoiado por técnicos

O gráfico permite-nos observar coerência relativamente às respostas das duas questões. Assim, genericamente quando os inquiridos gostam “muito” de viver na instituição reduz o grau de preferência (13) em ter sido acompanhados por técnicos em meio familiar. Em oposição os que responderam que não gostam “nada” de viver na instituição demonstram que consideram que seria preferível o acompanhamento por técnicos (12), em detrimento da institucionalização.

Apesar de classificarem com suficiente (17) e bastante (10) - gostar de viver na instituição - consideram que preferiam ser apoiados por técnicos em meio familiar.

3.1.1 - Da resposta ajustada à falta de liberdade

Relativamente às questões abertas, a técnica escolhida para o seu tratamento foi segundo Bardin (1979 cit in Guerra 2006:63) análise de conteúdo por avaliação. De acordo com o mesmo autor, esta permite medir “as atitudes do entrevistado face ao objeto de estudo e a direção e a intensidade de opinião”.

Neste sentido, o conteúdo foi tratado de forma semelhante à categorial, mas sempre tendo em vista “a carga avaliativa”. Todavia, de forma a manter o anonimato e a confidencialidade dos dados, os testemunhos das crianças e dos jovens inquiridos foi codificado através de numeração correspondente a cada um dos questionários recolhido e validado para análise.

Deste modo, à questão 14 (apêndice C), qual a sua opinião, relativamente a estas casas, as categorias que foram pré definidas foram: resposta ajustada; resposta que deve existir;

resposta a ser melhorada; resposta a ser melhorada; não respondeu e não sabe, como podemos verificar na seguinte tabela, respetivamente, com o número de respondentes.

Quadro 1 - Tipologia acerca da percepção das instituições

Categorias	Número de inquiridos
Resposta ajustada	64
Resposta que deve existir	28
Resposta a ser melhorada	10
Não respondeu	15
Resposta não ajustada	7
Não sabe	2
Nada a referir	2

Analisando brevemente o quadro, na maioria, para os respondentes as instituições são respostas ajustadas (64), e que devem existir (28), apesar de serem uma resposta que deve ser melhorada (10). Porém, para nove crianças e jovens esta não é uma resposta ajustada e consideram que se deveria mudar alguns aspetos no funcionamento das instituições. No entanto, importa salientar que 15 crianças e jovens não responderam à questão, dois não sabem e dois responderam “nada a referir”.

No âmbito destas categorias, importa destringir significados, de forma a identificar a representação das crianças e jovens acerca “destas casas”.

1) Resposta ajustada

No âmbito da questão supracitada, 64 crianças e jovens perspetivam as instituições como sendo uma resposta adequada, sendo “obviamente necessárias” (73) “não só para nos ajudar”, “para ter o carinho” (41) mas porque “se não houvessem estas casas, as crianças não tinham para onde ir” (14).

Neste sentido, a representação que as crianças e jovens possuem como uma resposta ajustada é a de que a instituição é uma habitação que lhes é proporcionado apoio, sobretudo “dos técnicos e funcionários (97) e que os ajuda a sentirem-se “protegidos” (93), particularmente “para que as crianças não assistam aquilo que os adultos fazem!” (32).

Se por um lado, os respondentes consideram que é devido aos fatores de risco, que assolam os seus agregados com problemáticas multifacetados, que se encontram nestas casas, nomeadamente: “Quando as mães estão com problemas” (1); “E as mães batem e os pais” (105); “Quando as coisas não estão bem em casa” (8); “Quando sofrerem agressões” (69); e por “Não terem condições” (124), por outro, reconhecem que o baixo capital cultural e social

do seu agregado, bem como as desigualdades sociais que as caracterizam quase fatalmente são um obstáculo que as instituições conseguem ultrapassar pois, “são uma mais-valia para muitas crianças que estão a viver sem as mínimas condições” (21).

Desta forma, é perceptível uma consciencialização de que a instituição é, naquela conjuntura, a referida anteriormente, uma resposta ajustada e que poderá ser um suporte social para “ser alguém na vida” (48).

A perspetiva de que a instituição é fundamental para “crescer para sermos melhores pessoas na vida” (55) e “construir uma vida nova” (121) é de facto expressa numa esperança que se baseia na brevidade no retorno a casa, e de resolução das problemáticas que explicam o motivo pelo qual se encontram institucionalizados. Pois:

“Estas casas devem existir para as crianças ficarem lá até os pais se organizarem e poderem recebê-las de volta” (109).

“Acho bem, porque as famílias que tiverem problemas podem mudar o que fizeram mal, claro mudavam para o bem” (6).

2) Resposta que deve existir

Outra das categorias que se torna relevante é a de que a instituição é uma infraestrutura importante que deve existir “para aquelas crianças que não tenham um lar (...)” (65). O nível de concordância das respostas remete-nos para um universo onde a percepção de que a existência das instituições fundamentais na sobrevivência, apoio e desenvolvimento ontogénico de uma criança e jovem, pois “se não existisse estava muita gente a passar mal” (86).

Para os respondentes a instituição “é melhor do que ficar na rua” (100), uma vez que, aqui, podem ser ajudados, e sentem que “todos pensam nos problemas e têm mais espaço para pensar nos mesmos”. Assim, consideram que a instituição é uma resposta que se debruça sobre a realidade que a criança e jovem vive de forma a “acolher quem precisa” (89). Portanto, há a percepção de que são efetivamente, acompanhados no seu desenvolvimento integral, e “são necessárias para dar oportunidades a jovens de famílias carenciadas” (118).

3) Resposta a ser melhorada

Para as crianças e jovens inquiridas as instituições são uma resposta que carecem de melhorias. Para três das crianças e jovens, a falta de proximidade com a família é algo a ser melhorado, dado que “é mau nos ter afastado das nossas famílias” (10).

Os conflitos existentes nas instituições são também salientados, bem como o facto de dois dos respondentes referirem que “estas casas deviam melhorar o tratamento às crianças”. (108), não só porque “deviam ter mais calma a lidar com as crianças.” (71) mas “ deveriam nos valorizar mais e não meter tantos castigos, tantas regras[...]” A revolta e a dificuldade de adaptação é também visível em algumas das respostas, nomeadamente quando referem, (...) as pessoas que cá pertencem são as melhores (...)!” (11).

4) Resposta não ajustada

Para nove dos inquiridos as instituições não são uma resposta. Se por um lado sete dos jovens a consideram como “uma fantochada” (125), “uma merda”, e não gostam de estar na instituição (57) e não acham correto a existência destas casas (43), por outro lado, referem que estas não são a resolução de um problema na medida em que: “aquelas que vêm para aqui só por faltar às aulas e consumir drogas acho que já não é tão bom, porque quem pensa que vai melhorar está enganado”. (124)

A distância da família, é outro dos fatores referidos uma vez que “ é uma injustiça as crianças serem trazidas para estas casas, porque eles estão habituados aos seus familiares e ao seu ambiente. Eu acho que estas casas não deviam existir” (115).

No que concerne à questão 18 (apêndice D), “na sua opinião o que deveria mudar em instituições como esta para que a satisfação dos utentes fosse maior?” os inquiridos referem que as instituições são uma resposta social que carece de melhoria. Neste sentido, esta categoria foi subdividida em subcategorias, para uma melhor análise, de acordo com a tabela seguinte.

Quadro 2 - Tipologia do que deveria mudar nas instituições

Categorias	Número de inquiridos
Mais liberdade	21
Afetos (mais: confiança; compreensão; respeito; carinho; disponibilidade dos técnicos; união e elogios)	14
Menos regras	10
Acesso a bens materiais (telemóveis e plasma)	9
Maior Proximidade com a família	4
Gerir dinheiro	4
Mais atividades	4
Animais de estimação	2
Mais comida	2
Instituição mais pequena, menos utentes e separados por idades	2
Mudava tudo	2
Mais privacidade	2

Acesso a tabaco	1
Não haver transferência de instituição	1
Mudança pessoal	1
Não respondeu	7
Não sabe	7

De acordo com os resultados, a maioria das crianças e jovens (21) referem que gostariam de ter mais liberdade de forma a não se “fecharem tanto do mundo, da realidade lá de fora (...)” (35).

A limitação do tempo que podem estar fora da instituição relatado como “sair uma hora e ter o nosso tempo” (9) está de acordo com os resultados relacionada com os afetos entre as crianças e jovens e os técnicos da instituição, nomeadamente o “voto de confiança” (25) que consideram que os técnicos lhes poderiam dar: “Ir para as noitadas se as educadoras acharem que eram responsáveis” (6).

É neste sentido, que salientam que as instituições deveriam ter regras menos rigorosas, “por exemplo fazer pedidos 1 semana antes, porque às vezes só nos falam um dia antes e nós aí já não podemos pedir para sair, etc...” (57). No âmbito desta falta de liberdade que descrevem, reforçam que a instituição poderia proporcionar-lhes o acesso a bens materiais: “Haver *playstation*, haver *wii*, haver *wi-fi*” (60); “mais horas de uso de telemóveis (29) e “termos um plasma” (80). Também a reduzida liberdade financeira é descrita: “Gerir e ter mais dinheiro” [...] Dar-nos pelo menos mais de 3€. (16).

A falta de proximidade e o pouco tempo que passam com a família é efetivamente, algo que consideram fundamental alterar, uma vez “que ninguém pode dar, é o carinho e o amor que uma criança sente pelos pais e família, a falta que fazem” (42).

Relativamente às atividades que realizam consideram que deviam ser mais e diferentes como “pintar as paredes a nosso gosto, ir comer fora sempre que houvesse um bom comportamento” (60); fazer mais atividades fora do centro (109) e ir mais vezes ao *McDonald's* (108).

3.1.2 - A percepção dos técnicos e a realidade institucional

Consideramos ainda pertinente mencionar que apesar das entrevistas informais com os diretores técnicos terem como objetivo o contato com a realidade das crianças e jovens e a respetiva aplicação dos questionários podemos verificar que os seus discursos tinham pontos de grande convergência e de extrema importância para a reflexão desta temática:

- As institucionalizações atualmente são maioritariamente de adolescentes ou jovens;

- A faixa etária destas crianças/jovens residentes em lares ser cada vez mais elevada;
- As problemáticas das crianças e jovens institucionalizados serem cada vez mais complexas;
- As boas práticas existentes em cada uma das instituições, mas sem espaço de partilha e reflexão com profissionais com a mesma intervenção. Nestas boas práticas salienta-se os projetos de “famílias amigas”;
- O esforço realizado pelas entidades no sentido de haver maior participação destas crianças em atividades da comunidade;
- A realização de práticas de supervisão técnica no sentido de debater, refletir e melhorar a prática profissional;
- O sentimento comum de uma “intervenção solitária”, com pouco espaço para a partilha de experiências com outros profissionais de outras instituições similares;
- A necessidade de trabalhar cada vez mais a autonomização destes jovens;
- A participação das crianças/jovens na avaliação/decisão do seu projeto de vida, implicando-os assim nos sucessos e retrocessos dos mesmos.

IV – Discussão/ Conclusão

À semelhança do que é assinalado nos relatórios relativos à infância e juventude em Portugal (CASA e CNPCJ), a população institucionalizada no EDV é, sobretudo, constituída por adolescentes e jovens (74,2%) com problemas de comportamento. O motivo da institucionalização não se prende apenas com ausência de retaguarda ou suporte familiar, mas sim de condições e competências parentais; e a tipologia de problemáticas é diferenciada e complexa do ponto de vista comportamental. Neste sentido, percecionam a institucionalização como provisória com a perspetiva de regresso à família. Contudo, esse regresso é adiado pela dificuldade em promover as competências parentais necessárias ao desenvolvimento holístico da criança/jovem, mas também pela complexidade em intervir com adolescente e jovens em contexto institucional e de forma lata na sociedade atual.

Ainda no âmbito teórico as crianças e jovens percecionam de forma positiva a medida de institucionalização, sendo que o facto de permanecerem mais tempo na instituição aumenta o nível de satisfação e afasta-os do meio familiar.

Os resultados obtidos confirmam esta realidade, sendo que se encontram maioritariamente satisfeitos tanto quanto às infraestruturas disponíveis, quanto às relações que desenvolvem com os funcionários e com os pares. Todavia, particularmente os adolescentes e jovens

referem que alguns aspetos relacionados com a regulamentação interna estão desadequados, como por exemplo a gestão do dinheiro de bolso, as saídas noturnas e outros, que tenham a ver com as experiências da vida social necessárias à sua progressiva autonomização.

Porém em alternativa à institucionalização, acham que o acompanhamento por técnicos em meio natural de vida teria sido mais favorável. Os mais novos manifestam grande sofrimento à entrada, sendo os menos satisfeitos, com a vida na instituição, por outro lado, o acolhimento prolongado gera, maior satisfação. Mesmo os que não concordaram (52) com a entrada na instituição, mas que estão institucionalizados há mais tempo, apresentam agora um maior grau de satisfação.

Relativamente à importância da definição atempada do projeto de vida das crianças/jovens, podemos verificar que 53 vivem na instituição há mais de um ano (1 a 3 anos). A institucionalização ainda não é ainda uma forma “temporária e transitória” para proteger a criança de determinado perigo. A não regulamentação desta medida faz com que não haja um prazo que obrigue a sua revisão, podendo gerar a consciência de que este é projeto que se pode prolongar “*ad aeternum*”. Toda esta situação é agravada quando os regulamentos colocam limite de idade, obrigando a “migrações” dentro da rede de acolhimento institucional, tal como nos refere uma das crianças/jovens “que a instituição não tivesse limite de idade. Que não tivéssemos que ser transferidos para outra instituição quando chegarmos aos 14 anos.” (113).

Os dados mostram que para 53,1% a problemática que os trouxe à instituição não podia ser resolvida de outra forma. No entanto 42,9% dos respondentes menciona que este não é o seu projeto de vida, como fica muito claro na fala de uma criança/jovem “Muito confortáveis, é uma boa maneira para assim as famílias se poderem organizar e terem uma vida estável para depois ter os seus filhos” (59), apontando outras alternativas: regresso à família nuclear ou alargada e a autonomização, tal como se verifica no estudo de Rocha (2008), em que a importância atribuída à família por crianças e jovens é muito significativa.

Tendo em conta o panorama nacional de crianças institucionalizadas relativamente às idades e ao tempo que estas se encontram nas instituições, consideramos que o art.º 10º da CDC que refere o “direito à reunificação familiar”, não está devidamente salvaguardado. Assim, se esta nunca acontecer em família biológica ou outra, tal como nos demonstram os dados nacionais e do EDV consideramos que é o dever do Estado e das instituições proteger a criança/jovem de determinado perigo, mas sempre com a garantia de promover condições ou formas céleres e ajustadas que permitam a sua vivência, crescimento e desenvolvimento num meio familiar.

O elevado número de crianças e jovens institucionalizadas com mais de 15 anos, revela-nos, por outro lado insuficiência de respostas para estes jovens, para a sua autonomização, particularmente daqueles em que o retorno à família biológica ainda não se mostra seguro, situação que se agrava com a parca existência de instituições e redes de apoio vocacionadas para o efeito. Nota-se um desajustamento das respostas sociais para crianças e jovens em perigo, faltam famílias de acolhimento e unidades de autonomia de vida, para lhes proporcionar a integração num modelo familiar e/ou meio natural de vida. Por outro lado, as diversas entidades e equipas técnicas poderiam articular de uma forma mais concertada, eficaz e eficiente o apoio à família natural para que fosse possível a sua reintegração familiar, sempre que este seja o melhor projeto de vida para a criança.

A distribuição geográfica destas respostas deveria ser pensada e monitorizada de acordo com as características de cada criança/jovens enquadradas no seu meio de vida. Nota-se grande desajustamento entre a oferta de vagas do sistema e as reais necessidades das crianças e da região. Por exemplo, o facto de existirem 60 vagas femininas em determinado concelho é desvantajoso para as crianças por vários aspetos:

- Impossibilidade de integração de fratrias do sexo oposto;
- Impossibilidade de (con)viver com pares do sexo oposto;
- Concentração de vagas que obriga à mobilização de jovens de outros concelhos e até de outros distritos;
- Afastamento geográfico da família;
- Maior dificuldade de reintegração na família biológica;
- Perda de um conjunto de redes de sociais e culturas com as quais o jovem se identifica.

No que concerne aos pontos fortes deste estudo, podemos auscultar a satisfação dos jovens em contexto institucional numa região; a diversidade das instituições em investigação e o número de inquiridos e nas respostas de CAT e LIJ, bem como a possibilidade de participação de crianças dos 8 aos 20 anos, permitindo, efetivamente, uma diferenciação dos demais. Por outro lado, como qualquer investigação social, este apresenta também limitações. A não realização do *focus group* permitia a abordagem da institucionalização de uma forma mais aprofundada alargada e o facto de os dados serem circunscritos a uma determinada região, não podem ser generalizados.

A investigação realizada aponta-nos claramente para a necessidade de ajustar as respostas às realidades e problemas sociais, aos mais diferentes níveis: a nível regional é fundamental

fazer adequação da tipologia das respostas; as instituições que recebem estas crianças e jovens, à semelhança do que se fez Itália deveriam controlar a dureza arquitetónica e limitar a lotação a valores adequados, de forma a permitir que as práticas profissionais fossem mais uniformes e sustentadas em orientações teórico-práticas ajustadas às mutações sociais. Alguns aspetos referidos em entrevista pelos diretores técnicos das instituições relativamente à sua prática são ainda merecedores de atenção: a necessidade de supervisão, de partilha de experiências e de boas práticas. A este respeito referem as “famílias amigas” como estratégia privilegiada para aproximar jovens da comunidade e criar redes de relações que lhes permitam uma melhor integração social. Também ao nível das políticas centrais, torna-se importante a regulamentação da medida de acolhimento institucional, e uma gestão de vagas mais capaz de manter a criança no seu meio natural de vida.

V – Referências Bibliográficas

- Alarcão, M. (2002). “*(des) Equilíbrios Familiares*”. Coimbra: Quarteto editora.
- Alberto, I. M. (2003). “*Como pássaros em gaiolas*”? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. (cap.7, 221-244) em *Violência e Vítimas de Crimes*, vol.2 – crianças. (2ªed.). Coimbra: Quarteto Editora.
- Alberto, I. M. (2004). *Maltrato e trauma na infância*. Coimbra: Almedina.
- Bolieiro, H. & Guerra. (2009). *A criança e a família – Uma questão de direito(s)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Calheiros, M. M., Garrido, M. V. & Santos, S. V. (2012). *Crianças em Risco e Perigo. Contextos, Investigação e Intervenção*. (1ªed.). Lisboa: edições sílabo, lda.
- Candeias, M., & Henriques, H. (2012). *Um século de proteção de crianças e jovens*. Acedido em, 1, Abril, 2015, em http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/4156/1/Marisa%20Candeias_Helder%20Henriques.pdf
- Canha, J. (1998). *A criança vítima de violência* (cap.1, 13-36) em *Violência e Vítimas de Crimes*, vol.2 – crianças. (2ªed.). Coimbra: Quarteto Editora.
- Carvalho, M.J.L. (2013). *Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens*. Lisboa: Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano.
- Comissão Nacional de Proteção de Crianças e jovens em Perigo. (2014). *Relatório Anual de avaliação da Atividade das Comissões de proteção de Crianças e Jovens em Risco*

2013. Acedido em, 4, Fevereiro, 2015

http://www.cnpcejr.pt/%5CRelatorio_Avaliacao_CPCJ_2013.pdf

Constituição da Republica Portuguesa de 2 de Abril de 1976.

Convenção dos direitos sobre os direitos da criança. Adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de setembro de 1990.

Delgado, P. (2011). *O acolhimento familiar de crianças. Uma perspetiva ecológica*. Maia: Profedições, lda/ Jornal a Página da educação.

Despacho nº 8392/2007 de 10 de maio. *Diário da República*, 2ª série, Nº 90. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa.

Despacho nº 9016/2012, de 4 de julho. *Diário da República*, 2ª série, Nº 128. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa.

Fernandes, N. & Tomás, C. (2011). “*Questões conceptuais, metodológicas e éticas na investigação com crianças em Portugal*”. 10th conference of the european sociological association.

Ferreira, F. P. (2013). *Crianças e jovens institucionalizados. Representações e Expetativas em relação à família biológica*. Braga: Universidade do Minho. Dissertação de doutoramento não publicada, Universidade do Minho, Braga.

Gabinete Estratégico de Planeamento (2006). “*Carta Social: respostas e conceitos*.” Acedido em 3, fevereiro, 2015, em <http://www.cartasocial.pt/conceitos.php>.

Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: sentidos e formas de uso*. Cascais: Principia.

Instituto da Segurança Social I.P. (Departamento de Desenvolvimento Social). (2010). “*Conhece os teus direitos. A caminho da tua Casa de Acolhimento. Guia de Acolhimento para jovens dos 12 aos 18 anos*”. Lisboa: Instituto da Segurança Social.

Instituto Nacional de Estatística. *Censos 2011*: Lisboa.

ISS, I.P. (2014). *Caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens*. Lisboa: ISS, I.P.

Leandro, A., Alvarez, D. L., Cordeiro, M., Carvalho, R. (2005). *Manual de Boas Práticas. Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.

Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, (aprovada pela Lei nº 147/99 de 1 de Setembro, a que foram introduzidas alterações pela Lei n.º 31/2003 de 22 de Agosto).

Monteiro, A. R. (2010). *Direitos da Criança: Era uma vez*. Coimbra: Almedina.

Morgan, D. L. (1997). *Focus group as qualitative research* (2ª ed. Vol. 16). London: Sage University Paper.

Pais, J.M.S. (2004). *Direito à Participação das Crianças – um conto à procura dos seus autores*. Sessão Comemorativa do XV Aniversário da Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas, promovida pela Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco.

Pinto, M.L.M. (2010). *Direito das crianças e dos jovens*. Lisboa: Livraria Petrony.

Premoli, S. (2012). *Coordenação de Unidades residenciais para crianças em situação de acolhimento residencial em Itália: o caso da cooperativa social La grande casa nos eixos de um percurso de pesquisa-formação*. Em *Crianças em risco e perigo contextos, investigação e intervenção*. (vol2). (pp.77-99). Lisboa: edições silabo.

Rocha, G.P.N., Medeiros, O.H. R., Diogo. F. & Diogo, A.M. (2008). “*Socializações alternativas. Crianças e jovens em instituições nos Açores.*” Ponta Delgada: Centro de Estudos Sociais (CES-UA).

Soares, N.F. (2006) “*A investigação participativa no grupo social da infância Curriculum Sem fronteiras*”, v.6, n.1, Jan/Jun, 25-40.

Valle, J. F. (2009). Prólogo. (p.19-25) em “*Acreditar no futuro*”. Coimbra: Almedina.